



Educação: entre teoria e prática

Volume I

Lucas Rodrigues Oliveira
Rosalina E. L. Zuffo
Organizadores



Pantanal Editora

2023

Lucas Rodrigues Oliveira
Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo
Organizadores

Educação: entre teoria e prática
Volume I



Pantanal Editora

2023

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profª. MSc. Adriana Flávia Neu
Profª. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profª. MSc. Aris Verdecia Peña
Profª. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profª. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profª. Dra. Denise Silva Nogueira
Profª. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Profª. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez
Profª. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profª. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profª. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profª. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profª. Dra. Patrícia Maurer
Profª. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profª. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profª. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
SED Mato Grosso do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

E24

Educação: entre teoria e prática - Volume I / Organizadores Lucas Rodrigues Oliveira, Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2023.
73p. ; il.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-18-1

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756181>

1. Educação. 2. Leitura. I. Oliveira, Lucas Rodrigues (Organizador). II. Zuffo, Rosalina Eufrausino Lustosa (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

I. Educação



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

O livro “Educação: entre a teoria e a prática” surge para acrescentar conhecimentos, discussões e reflexões no campo educacional (que está em constante transformação – como reflexo da sociedade contemporânea). Esse primeiro volume é composto por sete capítulos, cujos objetos de análise perpassam por vários aspectos educacionais:

O primeiro capítulo dessa obra, “Educação sanitária em escolas do município de Raposa-MA: uma experiência extensionista durante a pandemia de COVID-19”, reflete sobre como os conceitos básicos de saúde e prevenção de doenças ainda são desconhecidos por vários estudantes no contexto escolar.

Intitulado “Educação e economia: entre a teoria e a prática”, o segundo capítulo busca compreender como os aspectos fundamentais da economia podem influenciar o educacional, além de observar e analisar as relações mais amplas do processo educativo.

O terceiro capítulo, “Desafios no aprendizado da leitura olhares dos alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental”, analisa as maneiras (métodos estratégias) que a escola utiliza no ensino e as maneiras que as crianças aprendem a ler.

“Pesquisa Qualitativa em Educação e Educação Matemática: entrelaçamentos que fortalecem a prática investigativa” é o título do quarto capítulo desse livro. Esse texto busca compreender os processos matemáticos envolvidos em situações de ensino e aprendizagem, observando que eles são impulsionadores de diversas pesquisas no meio acadêmico, em função da necessidade de melhoria desses processos

Em “A experimentação no ensino de biologia na reorientação conceitual e aprendizado significativo”, tem-se uma análise e reflexão sobre o ensino de biologia, observando-se a relevância das atividades práticas, em contextos reais.

O capítulo seis, evidencia um estudo muito relevante no campo educacional brasileiro: a inclusão de pessoas deficientes. Com o título: “Escolarização e inclusão de aluna com deficiência intelectual em turma regular após ensino remoto”, evidencia-se a real necessidade da inclusão escolar, a fim de propiciar desenvolvimento a todos os alunos.

Já o sétimo e último capítulo trata de um problema muito comum nas práticas escolares: “Dificuldades de leitura e interpretação de texto”. A autora aponta, nesse importante texto, quais são os possíveis fatores que levam os estudantes a carregarem os problemas relacionados à leitura e interpretação textual.

Lucas Rodrigues Oliveira


Sumário


Apresentação	4
Capítulo I	6
Educação sanitária em escolas do município de Raposa-MA: uma experiência extensionista durante a pandemia de COVID-19	6
Capítulo II	16
Educação e economia: entre a teoria e a prática I	16
Capítulo III	22
Desafios no aprendizado da leitura olhares dos alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental	22
Capítulo IV	31
Pesquisa Qualitativa em Educação e Educação Matemática: entrelaçamentos que fortalecem a prática investigativa	31
Capítulo V	41
A experimentação no ensino de biologia na reorientação conceitual e aprendizado significativo	41
Capítulo VI	48
Escolarização e inclusão de aluna com deficiência intelectual em turma regular após ensino remoto	48
Capítulo VII	57
Dificuldades de leitura e interpretação de texto	57
Índice Remissivo	72
Sobre o organizador	73


Educação sanitária em escolas do município de Raposa-MA: uma experiência extensionista durante a pandemia de COVID-19

Recebido em: 04/10/2023

Aceito em: 06/10/2023

 10.46420/9786585756181cap1


Kássia Kelly Custódio Araújo 

Luciana Sousa Lages 


Cristianne dos S. Pinto Percílio 

Carla Janaina R. M. do Rosário 

Amanda Mara Teles 

Danilo Cutrim Bezerra 

Nancyleni Pinto Chaves Bezerra 

Viviane Correa Silva Coimbra 

INTRODUÇÃO

A educação, tradicionalmente, tem como prioridade a preocupação com os processos cognitivos, com as formas de ensino-aprendizagem, isto é, com a habilidade dos educandos assimilarem conteúdos e valores que vão possibilitar a convivência, aparentemente, harmoniosa e respeitosa em sociedade. A educação em saúde, no que lhe diz respeito, preocupa-se com processos educativos que facilitam as mudanças comportamentais no sentido de corrigir e evitar riscos e agravos à saúde e de promover uma vida mais saudável (BRASIL, 2021).

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) buscam uma contextualização do que é ensinado, trazendo temas que sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu desenvolvimento como cidadão. O grande objetivo é que o estudante não termine sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também reconheça e aprenda sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade (BRASIL, 2019).

A educação em saúde para uma comunidade requer considerações não apenas relacionadas ao levantamento das suas necessidades e determinação arbitrária de ações, mas deve envolver a participação destas comunidades no desenvolvimento destas ações, para que elas mesmas desempenhem o papel principal na identificação de suas próprias necessidades e no planejamento de soluções para atendê-las com maior especificidade (Fontana, 2008). Nessa condição, a educação em saúde tem um papel muito importante de contribuir com a prevenção e o controle de doenças no contexto escolar, e esse processo de educação é desempenhado por meio da comunicação, uma das ciências que complementam o triângulo que busca melhorias na saúde pública (BRASIL, 2021).

A grande questão que vem sendo enfrentada pelos Núcleos de Educação e suas escolas está sendo em preparar estratégias para o ensino dos alunos em tempos de pandemia, a fim de cumprir o calendário escolar utilizando em suas estratégias o uso das tecnologias digitais, conseqüentemente os alunos agora possuem o ensino a distância (EaD) (Rossi et al., 2020).

As zoonoses são doenças de condição infecciosa facilmente transmitidas por animais, sendo eles domésticos ou silvestres, aos seres humanos e o envolvimento do homem com a fauna silvestre se torna o grande causador do aumento de suas ocorrências (Santos & Braga, 2021).

A exposição de animais à população humana significa risco de transmissão de diversos agentes patogênicos do gênero zoonótico. Ainda que a população tenha um entendimento errôneo sobre a atuação de determinados animais como vetores na transmissão de doenças (Miranda et al., 2014), o entendimento da população diante de patógenos realmente transmitidos por animais é de suma importância e, assim, diminui o risco à exposição das pessoas a estes animais (Aguiar & Luciano, 2011; Santos & Braga, 2021).

Nesse contexto, ressalta-se a importância de informes escolares, principalmente para crianças e adolescentes, sobre as boas práticas de saúde, para que eles possam atuar como agentes multiplicadores dessas informações junto a seus familiares e na comunidade onde residem.

MATERIAL E MÉTODOS

O local escolhido para o desenvolvimento do projeto de extensão intitulado “Pequenos Vigilantes em Ação” foi o município de Raposa, estado do Maranhão, Brasil. Este município está localizado na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, Mesorregião do Norte Maranhense, apresenta aproximadamente 31.177 habitantes e sua área é de 79,213 km² (IBGE, 2020).

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, por meio da plataforma Brasil, respeitando todos os aspectos da Resolução N° 196/96 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo aprovado com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n°. 49683821.1.0000.5554.

Foram selecionadas para compor o universo amostral deste estudo duas escolas públicas de ensino fundamental. O público-alvo foram alunos do 5° e 6° ano, os quais poderão atuar como agentes multiplicadores, levando informações sobre educação sanitária para comunidade onde vivem, o que é necessário em meio a pandemia da COVID-19.

Inicialmente foi realizado contato com a Secretária de Educação do Município de Raposa-MA para a apresentação do projeto. Em seguida, foi realizado contato com o gestor de cada escola, identificados por meio da Secretaria de Educação do referido município. E diante das devidas autorizações, o estudo foi realizado no período de julho de 2021 a junho de 2022, período em que ainda se registravam altos números de casos de COVID-19, e por esse motivo as aulas estavam sendo ministradas de forma remota e híbrida.

Após orientações sobre os objetivos do estudo, os pais dos alunos que aceitaram que seus filhos participassem voluntariamente do projeto e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em seguida, para obtenção de informações preliminares do perfil dos alunos sobre o conhecimento de práticas de higiene e como se dá a relação destes com os animais em seu convívio domiciliar, foi elaborado um “questionário prévio” estruturado com perguntas fechadas e abertas.

Os questionários foram elaborados por meio da plataforma *Google Forms* e disponibilizados por meio de um link no grupo de WhatsApp para os alunos que possuíam acesso à internet em suas residências, e para aqueles alunos que não tinham acesso à internet, os questionários foram entregues impressos na diretoria da escola para que fossem entregues aos alunos, juntamente com o material impresso das aulas (atividades escolares) entregues a cada 15 dias.

O “questionário prévio” era composto por informações pessoais e por dois blocos de perguntas sobre: i) boas práticas de saúde e ii) nível de conhecimento sobre zoonoses. O objetivo foi levantar dados sobre o nível de conhecimento dos alunos envolvidos sobre práticas de saúde e zoonoses.

Após a análise dos “questionários prévios”, em um segundo momento, foram realizadas atividades de educação sanitária com os alunos. As palestras foram realizadas utilizando a plataforma digital gratuita Google Meet e, também, de forma presencial nas escolas, obedecendo o protocolo de segurança da Secretaria de Saúde do estado do Maranhão, para prevenção e controle da COVID-19. As palestras abordaram o seguinte tema: importância das boas práticas de saúde e prevenção das principais zoonoses. As palestras foram desenvolvidas de forma lúdica e dinâmica, utilizando diálogo interativo e folders confeccionados para auxiliar na compreensão dos alunos.

No terceiro momento foi aplicado aos alunos o “questionário pós palestra”, composto por 10 perguntas sobre os temas que foram abordados nas palestras, a fim de avaliar a compreensão do conteúdo trabalhado.

Os dados obtidos por meio dos questionários foram processados, seguidos de análise e interpretação. As informações foram armazenadas em bancos de dados do Excel, ordenadas e apresentadas em gráficos para mostrar resultados claros dos questionários aplicados e a realização das análises estatísticas descritivas, com as frequências absolutas e relativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 84 alunos, do 5º e 6º ano do ensino fundamental de duas escolas públicas do município de Raposa - MA participaram voluntariamente do projeto de extensão “Pequenos vigilantes em ação”. Na Tabela 1 está sumarizado o perfil desses alunos, onde observa-se que a maioria dos entrevistados eram do sexo feminino (52,38%), alunos do 5º ano na faixa etária de 11 anos de idade (39,29%), alunos do 6º na faixa etária de 12 anos (33,33), que conviviam com animais em suas residências (84,52 %). Dentre esses animais, 53,52% eram cães, 11,27% gatos; 29,58% cães e gatos, e 5,63% aves (galinha e pato).

Tabela 1. Perfil dos alunos do 5º e 6º ano do ensino fundamental (n=84) de duas escolas públicas do município de Raposa - MA, que participaram voluntariamente do projeto de extensão “Pequenos vigilantes em ação”. Fonte: os autores.

Variável	n (%)	Variável	n (%)
Sexo		Animais em casa	
Masculino	40 (47,62)	Sim	71 (84,52)
Feminino	44 (52,38)	Não	13 (15,48)
Faixa etária (anos)		Espécie animal	
11	33 (39,29)	Cão	38 (53,52)
12	28 (33,33)	Gato	08 (11,27)
14	18 (21,43)	Aves	04 (5,63)
15	05 (5,95)	Ambos	21 (29,58)

De acordo com os resultados, foi observado que os alunos estão na faixa etária correspondente ao período escolar, sendo a maioria do 5º ano com 11 anos e do 6º ano com 12 anos. Foi possível observar que não houve uma diferença significativa em relação a proporção de meninas e meninos nas classes avaliadas. Quando se questionou sobre o convívio com animais em suas residências, foi observado a preferência pelos cães, isso se dá pelo fato de os cães serem dóceis, carinhosos e bem atentos, podendo fazer a proteção da residência.

A marcante presença de cães nas residências também foi notada por Araújo et al. (2016), quando desenvolveram um projeto sobre ações educativas na prevenção de zoonoses e acidentes por animais em crianças, na cidade Cuité-PB, onde 87,5% das 168 crianças participantes responderam que possuíam animais de estimação, sendo 87% destes representados por cães e/ou gatos.

Estudos relatam que é crescente a proximidade entre os humanos e os animais de estimação, com laços cada vez mais fortes de interdependência, situações que provavelmente ocorrem como reflexos da vida moderna (Dias et al., 2012). Portanto, é importante que as pessoas participem efetivamente dos programas de saúde animal para resguardar a saúde de seus animais de estimação e a sua saúde por consequência, pois considerando o conceito de saúde única se faz imprescindível o equilíbrio entre a saúde humana, animal e ambiental.

Além disso, é importante ressaltar que a posse responsável de animais inclui cuidados básicos com eles: alimentação adequada; um ambiente confortável, ou seja, um abrigo que o proteja do frio, calor e chuva; ida ao veterinário com frequência; controle de pulgas, carrapatos e vermes; entre outros. Então, antes de adotar um animal o tutor deve se questionar se poderá oferecer uma vida adequada para o animal, lhe proporcionando o bem-estar adequado.

Nesse contexto, são importantes as ações que levam conhecimento sobre saúde única para as crianças, pois através delas pode-se alcançar um número maior de pessoas, uma vez que estas podem atuar como multiplicadoras.

No que diz respeito às práticas de higiene e saúde realizada pelos alunos, 66,67% dos entrevistados afirmaram lavar as mãos antes das refeições e 86,9% lavam as mãos após o uso do banheiro. O percentual de entrevistados que afirmou ir ao médico apenas quando está doente foi de 58,33%, e quanto à vacinação de rotina, 84,52% afirmaram estar com suas vacinas em dia (Figura 1).

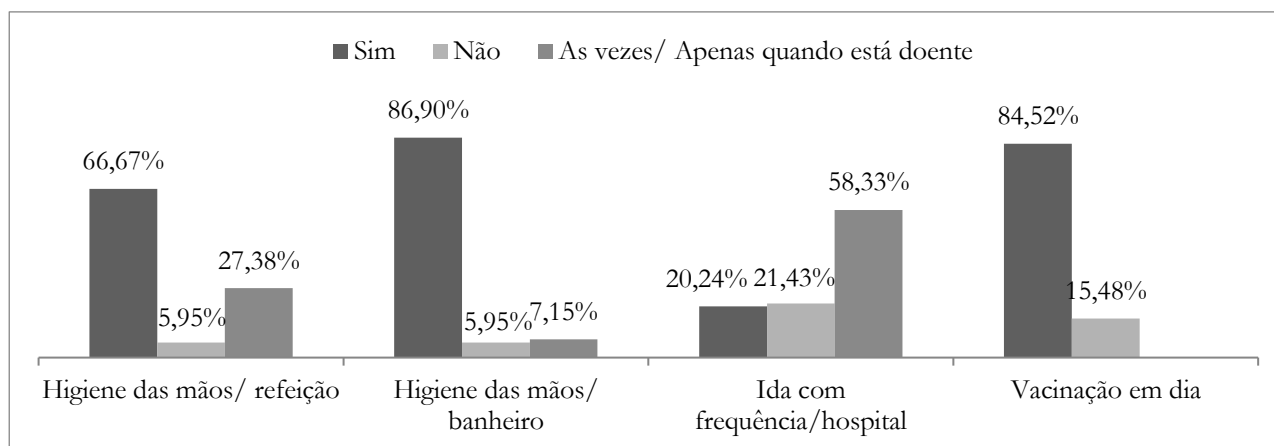


Figura 1. Práticas de saúde adotadas pelos alunos do 5º e 6º ano do ensino fundamental (n=84) de duas escolas públicas do município de Raposa - MA, que participaram voluntariamente do projeto de extensão “Pequenos vigilantes em ação”, 2022. Fonte: os autores.

Observa-se que as práticas de higiene e saúde, são adotadas pelos alunos entrevistados no presente estudo, o que denota que eles possuem conhecimentos básicos acerca do tema. Em relação a ida ao hospital, a maioria dos alunos afirmam ir só quando estão doentes, ou seja, as visitas ao médico não são feitas regularmente como deveria, tendo em vista que são crianças e merecem uma atenção maior em relação à saúde. Vários fatores podem desencadear essa baixa frequência, inclusive o difícil acesso à saúde pública, tendo em vista que são crianças de famílias carentes, além da falta de informação dos pais sobre a importância de tal atividade.

Nakamura (2008) enfatiza que os cuidados de saúde e higiene devem fazer parte do processo educativo global, considerando especialmente que a autonomia da criança é um dos princípios orientadores do trabalho com a criança. Todos os cuidados devem ser transmitidos às famílias para que eles sejam realizados em casa.

Em relação às informações sobre saúde, 82,14% afirmaram receber essas informações na escola. Quando foram questionados se já ouviram falar sobre o termo zoonoses, 86,91% afirmaram que não, porém quando questionados sobre a possibilidade de os animais transmitirem doenças aos humanos, 90,48% responderam que sim, o que demonstra a falta de clareza sobre o conceito de zoonose, um importante termo epidemiológico (Figura 2).

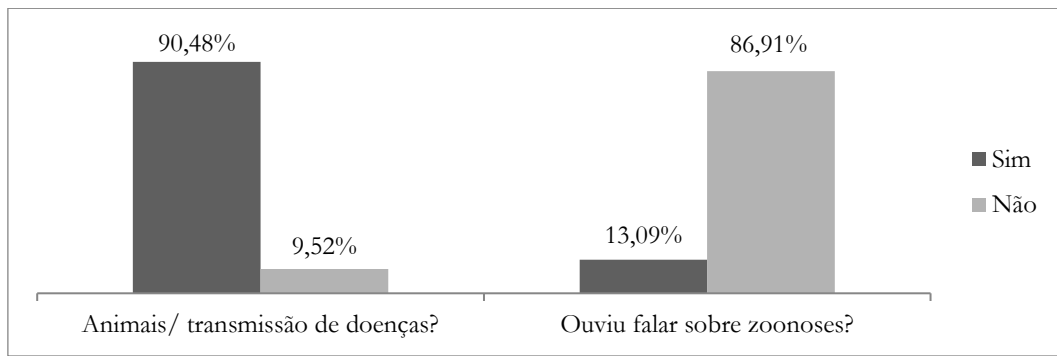


Figura 2. Conhecimento prévio sobre zoonoses dos alunos do 5º e 6º ano do ensino fundamental (n=84) de duas escolas públicas do município de Raposa - MA, que participaram voluntariamente do projeto de extensão “Pequenos vigilantes em ação”, 2022. Fonte: os autores.

Foi possível, ainda, observar que as escolas amostradas repassavam informações de higiene e saúde aos alunos, um fator que potencializa a importância das escolas no contexto da educação em saúde, sendo o local democrático para trabalhar essas informações. Entretanto, notou-se que os alunos não estavam familiarizados com o termo “zoonoses”, ou seja, as escolas em questão precisam trabalhar os termos epidemiológicos inerentes aos cuidados básicos com a saúde individual e coletiva, realizando atividades para estimular os alunos no que diz respeito às práticas higiênicas e prevenção de doenças.

Rogel (2016) relata que a saúde é direito de todos, assim como a educação, por isso a escola deve oportunizar situações de trocas de conhecimentos, discussões, propor estratégias, trabalhar em equipe. A criança costuma reproduzir o que aprende e é capaz de multiplicar o que lhe ensinam, sendo assim percebe-se a necessidade de promover orientações para as crianças de como elas, através de mudanças em suas atitudes em relação aos seus cuidados pessoais, podem estar cuidando melhor de sua saúde.

Em um estudo realizado anteriormente por Silva (2020) em bairros do município de São Luís – MA, os pesquisadores constataram que a maioria dos alunos quando questionados sobre a possibilidade de contrair alguma doença de seus animais de estimação, afirmaram reconhecer essa possibilidade. O conhecimento sobre esse tema torna os escolares mais atentos para a prevenção das zoonoses (Dias et al., 2012).

Uma vez mapeado o perfil dos escolares e o nível de conhecimento destes sobre noções de higiene, foram realizadas as palestras de orientação. Durante as palestras os alunos se mostraram interessados pelo conteúdo abordado, fizeram perguntas e interagiram respondendo aos questionamentos feitos pelos palestrantes. Observou-se que eles tinham muitas dúvidas em relação aos cuidados que se devem ter com os animais para evitar as doenças zoonóticas.

Todos os questionamentos foram respondidos e os alunos foram incentivados a levarem essas informações para casa e compartilhar com seus familiares, utilizando os folders distribuídos. A metodologia adotada possibilitou que os alunos fossem não apenas ouvintes, mas, também, multiplicadores de conhecimento.

Na Tabela 2 estão relacionadas as informações sobre o nível de conhecimento dos alunos sobre boas práticas de saúde após assistirem as palestras de orientação. Foi observado que 96,43% dos alunos compreenderam em que momentos devem lavar as mãos e 97,62% entenderam a importância dessa medida de higiene. Observou-se, ainda, que 100% dos alunos aprenderam sobre o que é a vacinação e 95,24% entenderam a importância da vacinação para os animais. Foi verificado que 100% dos alunos souberam responder o significado do termo zoonose e 96,43% entendem a importância de conhecê-las. Sobre a quarentena de animais, a maioria (95,24%) compreendeu a finalidade, que é impedir que animais possivelmente infectados se tornem fontes de infecção para os animais sadios.

Tabela 2. Conhecimento sobre boas práticas de saúde, pós-orientação sanitária, dos alunos do 5º e 6º ano do ensino fundamental (n=84) de duas escolas públicas do município de Raposa - MA, que participaram voluntariamente do projeto de extensão “Pequenos vigilantes em ação”. Fonte: os autores.

Variável	n (%)
Em qual situação devemos lavar as mãos?	
Quando quiser	2 (2,38)
Antes de sair de casa	1 (1,19)
Sempre que possível	81 (96,43)
Por que devemos lavar as mãos antes das refeições e ao sair do banheiro?	
Questões visuais	2 (2,38)
Para eliminar os microrganismos causadores de doenças	82 (97,62)
Por que devemos vacinar os animais?	
Para o animal ficar doente	1 (1,19)
Evitar que o animal fique doente	80 (95,24)
Não sei	3 (3,57)
O que é zoonose?	
Doença transmitida dos animais para as pessoas	84 (100)
Qual a importância da quarentena?	
Impedir que os animais fiquem doentes	4 (4,76)
Impedir que os animais infectados se tornem fonte de infecção de doenças para outros animais	80 (95,24)
Qual a importância do conhecimento sobre zoonoses?	
Ajuda a prevenir as doenças que afetam as pessoas e animais	81 (96,43)
Ajuda a disseminar as doenças que afetam pessoas e animais	1 (1,19)
Ajuda a prevenir doenças que afetam as pessoas	2 (2,38)
O que é vacinação?	
É uma proteção contra determinadas doenças infectocontagiosas	84 (100)

Logo após as atividades de educação sanitária, os alunos conseguiram associar o termo zoonoses ao seu devido conceito, demonstrando clareza em relação ao termo, o que antes das atividades não foi

observado. Com isso os alunos também destacaram a importância da vacinação dos animais como forma de prevenção de doenças infecciosas.

Em um estudo feito por Onyango-Ouma e colaboradores (2004), foi avaliado o entendimento de crianças submetidas a uma atividade de educação em saúde, sobre o conceito de saúde e de doença. Foi possível observar que foram adquiridos novos conceitos de saúde após as atividades realizadas, algumas vezes com introdução de elementos de ideias antigas. Tais mudanças também foram observadas no presente estudo.

As informações sobre zoonoses, em especial, nas comunidades mais carentes diminuem seu agravamento, melhorando a qualidade de vida da comunidade e isso também é promovido pelos projetos realizados no ambiente escolar (Silva, 2020), pois a educação em saúde tem a função de privilegiar a prevenção ao invés do tratamento da doença já adquirida (Fraga et al., 2006).

Na educação em saúde distinguem-se dois tipos de conhecimentos que estão inter-relacionados. De um lado, encontra-se a ciência e, de outro, um estado pré-científico de conhecimento que seriam as concepções prévias que os estudantes possuem a respeito de várias questões de saúde. Nessa inter-relação, há um obstáculo a ser transposto pelos indivíduos na adoção de um comportamento desejável para a prevenção das enfermidades (Fraga et al., 2006). É necessário que os profissionais da área da educação tenham conhecimento das percepções que os estudantes apresentam antes de iniciarem o trabalho didático.

A escola tem um importante papel na educação e na promoção da saúde nos períodos mais importantes da infância e adolescência. Existem poucas informações em educação em saúde no currículo do ensino fundamental das escolas, considerando que além de fornecer conhecimento, a escola também colabora no desenvolvimento de aspectos pessoais, atitudes e habilidades. Pesquisadores afirmam que existem lacunas na política das escolas no ensino da educação em saúde e recomendam o desenvolvimento de algumas políticas, práticas, estruturas e revisões curriculares que levem a educação em saúde para as crianças nas escolas (Lee et al., 2000).

Na educação brasileira, os Temas Transversais foram recomendados inicialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996, acompanhando a reestruturação do sistema de ensino. Os Temas Contemporâneos Transversais têm a condição de explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como de fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2019).

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos permitem concluir que conceitos básicos sobre saúde e prevenção de doenças, ainda, são desconhecidos por uma parcela dos escolares amostrados no presente estudo. Vale citar que, para as crianças a rotina, por vezes, se torna tediosa, dessa forma a metodologia adotada pelo

projeto de extensão “Pequenos vigilantes em ação” possibilitou uma abordagem alternativa de temas importantes, com foco na adoção rotineira de práticas de higiene e boas práticas de saúde. Outrossim, as informações geradas poderão ser utilizadas para delineamento de estratégias de ações educativas adequadas, que poderão ser aplicadas diretamente na área de estudo, através, principalmente, dos professores, que são os profissionais que têm contato mais próximo com as crianças no ambiente escolar.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pela concessão de bolsa de extensão por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


- Aguiar, M. B., & Lucuano, L. (2011). Avaliação dos riscos de contaminação relacionados com a superpopulação de Columbia Livia (pombos) em trabalhadores portuários avulsos. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, 13, 3, 43-49.
- Araújo, A. A. B., Oliveira, A. L. O., Azevedo, F. F., Lins, G. R., Silva, I. S. S., & Barbosa, V. S. A. (2016). Ações educativas na prevenção de zoonoses e acidentes por animais em crianças de Cuité-PB. In: 7º Congresso brasileiro de extensão universitária.
- Brasil. Ministério da Saúde. (1997). Criança, adolescente e adulto jovem: documento de referência para o trabalho de prevenção das DST, Aids e drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 34p.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2010). Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 60p. ISBN 978-85-334-1639-0.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2010). Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual Integrado de Vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Série A. Normas e manuais técnicos. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde. ISBN 978-85-334-1718-2.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2021). Educação em Vigilância Sanitária: textos e contextos: caderno 2/ Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde. 2021. ISBN 978-85-334-2873-7.
- Brasil. Ministério da Educação. (2019). Secretaria de Educação Básica. Temas contemporâneos transversais na BNCC/ Contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília: Ministério da educação.
- Dias, I. C. L., Guimarães, C. A., Martins, D. F., Brandão, V. M., Silva, I. A. da, & Silva, M. I. S. (2012). Zoonoses e posse responsável: percepção e atitudes entre crianças do ensino fundamental. *Rev. Ciênc. Ext.* 8, 2, 66-76.


- Fontana, R. T. A. (2008). Vigilância sanitária no contexto escolar: um relato de experiência. *Rev. bras. enferm.* 61, 1, 131-134.
- Fraga, L. S., Cardoso, K. M., & Pfuetzenreiter, M. R. (2006). Concepções e comportamento de crianças em relação às zoonoses: a influência da família e da escola na educação em saúde.
- Ibge. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020) Censo Brasileiro de 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/raposa/panorama>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- Lee, A., Tsang, K. K., & Lee, S. H. (2000). Youth health promotion schools: what should be the aims? *Asia Pacific Journal Public Health*, 12, S5, 5-7.
- Miranda, C., Ladendorff, N., & Knobl, T. (2014). Percepção da população sobre a participação dos pombos (*Colomba livia* doméstica) na transmissão de zoonoses. *Atas de Saúde Ambiental*, 2, 1, 23-28.
- Nakamura, A. A. (2008). Manual de boas práticas de higiene para centros de educação infantil. Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://www.novaconcursos.com.br/arquivos-digitais/erratas/14395/18436/manual-boas-praticas.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.
- Onyango-Ouma, W., Aagaard-Hansen, J., & Jensen, B. B. (2004). Changing concepts of health and illness among children of primary school age in Western Kenya. *Health Education Research*, 19, 3, 326-339.
- Rogel, E. A. L. (2016). Métodos lúdicos como estratégia para promover a higiene pessoal das crianças do ensino fundamental. 28p. Monografia (Especialização em Saúde) – Universidade Federal do Paraná, Foz do Iguaçu.
- Rossi, D. C. A., Rossi, E. F. A., & Carvalho, D. F. (2020). Estratégias para ensino e aprendizagem em tempos de pandemia. In: 26º Congresso internacional de educação à distância. UNOPAR.
- Santos, M. D., & Braga, D. V. V. (2021). Animais sinantrópicos x transmissão de zoonoses conforme a percepção dos moradores do Sertão Central Pernambucano. *Biologia: Ensino, Pesquisa e Extensão - Uma Abordagem do Conhecimento Científico nas Diferentes Esferas do Saber* (2 vol). Guarujá, SP: Científica Digital.
- Silva, J. G. V., & Barbosa, L. S. (2020). Zoonoses no ambiente escolar. In: VII Congresso Nacional de educação. Maceió. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA16_ID7651_01102020221519.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.
- Unesco. (2020). A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19. Paris: Unesco. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-contra-o-aumento-das>. Acesso em: 15 set. 2022.

Educação e economia: entre a teoria e a prática I

Recebido em: 13/10/2023

Aceito em: 28/10/2023

 10.46420/9786585756181cap2

Oscar Edgardo Navarro Escobar¹ 

INTRODUÇÃO

As sociedades democráticas consideram uma importância fundamental ao aprimoramento do conhecimento nos espaços de ensino, a educação teve e têm um papel imprescindível não apenas na atualização do saber como na preparação das exigências sociais. Há diversas realidades que compõe a contemporaneidade, Três fenômenos marcam este tempo: Avanços significativos dos países latino-americanos na consolidação de governos com democracias populares mais representativas², crise do Estado-Providência nos países das economias centrais e a internacionalização dos processos educacionais.

Nos países da América latina, desde finais da década de 1980, com o começo da redemocratização e o fim de alguns regimes militares, também os setores educacionais realizaram reformas educativas a fim de atender as demandas da população e da necessidade de uma reestruturação produtiva desta nova configuração do Estado, todavia, este contexto representará um período de intenso debate para a reconfiguração da educação como um todo. Estes esforços terão, no entanto, diferentes destinos dos planejados pelas associações e sindicatos dos representantes da educação. A sociedade não encontra um porto seguro para transformar a concretização de suas aspirações, as forças políticas das velhas elites econômicas apresentaram um relativo poder de dominação.

É exatamente por essa razão que, neste quadro social a educação não pode estar imune a este processo econômico. Na atualidade é muito claro que o elemento fundamental para a caracterização da educação é a hegemonia do capital sobre está. É no âmbito da educação superior e nas outras esferas educativas que se verificou o maior impacto dessas políticas internacionais, pois, independente dos países, são aplicadas reformas estruturais para oferecer um amplo dinamismo ao capita global. Passou-se a privilegiar um conhecimento direcionado às necessidades do mercado, onde as “competências” possam ser úteis aos ganhos de produtividade.

Por conseguinte, diante das sombrias perspectivas econômicas, não é provável que o financiamento público destinado à educação como um todo aumente no mesmo ritmo em que os salários

¹ Pesquisador e professor adjunto – Universidade Estadual de Ponta Grossa. ID: 8384203832319653

² Na atualidade as classes dominantes da América Latina têm investido em boicotar (com relativo êxito) estes governos mais progressistas, inclusive com o surgimento de “golpes parlamentares”, colocando para a sociedade projetos políticos derrotados nas urnas, o caso mais ilustrativo é a situação de Brasil em 2016.

são depredados pela inflação nestas décadas. Em países da América Latina, por razões de ordem política e social os governos têm-se comprometido com políticas expansionistas, principalmente, orientados a atender à crescente demanda de ensino em todos os graus educacionais, sem considerar os recursos necessários para este fim, o que tem produzido uma realidade de precariedade nas condições de trabalho, principalmente, daqueles que se encontram relacionados ao trabalho didático-pedagógico.

Devemos reconhecer, entretanto que, o sistema capitalista não inventou a opressão, a exploração, os regimes autoritários, antes dele, as sociedades procuraram novas formas de organizar-se, embora fossem reprimidas com ilimitada brutalidade, as mudanças aconteceram inexoravelmente, assim, a própria história entrega exemplos de superação e de profundos avanços nas manifestações da sociabilidade humana. O último cenário em corrigir os males sociais, que resultam da relação trabalho capital; está sendo assegurados por reformas que agravam ainda mais o problema³, em outras palavras:

O desenvolvimento do Estado de Bem-Estar foi a última manifestação dessa lógica, que só se tornou viável em um número restrito de países. Ele foi limitado pelas *condições favoráveis* de expansão capitalista nos países envolvidos, pré-condição para o surgimento do Estado de Bem-Estar, como pela escala de tempo, marcada ao fim pela pressão da “direita radical” em torno da completa liquidação desse Estado, nas três últimas décadas, em razão da crise estrutural generalizada do sistema do capital (Mészáros, 2007, p. 123, grifo do autor).

Portanto, ao trazer a discussão para nosso campo, estamos numa verdadeira encruzilhada, a sociedade não deixa o novo nascer, considerá-lo como uma impossibilidade, uma contradição que não procede. Nos encontramos num cenário na qual o fator da educação, da ciência e da cultura sofrem profundos cortes da parte do governo federal; por exemplo, na Lei Orçamentária Anual (2021), o Ministério da Educação foi a segunda pasta com mais cortes para essa área, restringindo em mais de oitocentos milhões. Além disso, os cortes anunciados para a área da ciência terão uma redução mais de quatrocentos milhões de reais, para instituições vinculadas à educação como a CAPES, esta perderá mais de 33 milhões para financiar pesquisa e projetos, a FIOCRUZ terá menos de 7,5 milhões e, assim por diante. Certamente, esta situação gerará enormes prejuízos para a sociedade como um todo. De um plano superior de análise, o que assistimos é um desmonte significativo de benefícios sociais em favor de setores econômicos financeiros.

O sistema social hegemônico sofre uma acentuada e prolongada crise, a novidade ímpar, é que ela não se apresenta em termos locais, mais esse declínio envolve todas as sociedades, todos os países, sem distinção de nacionalidade. É exatamente por essa razão, que as políticas nacionais⁴ acabaram sendo anuladas e afetou profundamente os processos de ensino, as políticas educacionais a nível planetário, em outras palavras: “A nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de

³ Uma questão basilar na economia política é: “A força de trabalho é o elemento constitutivo do processo de produção e, como tem preço, é também elemento constitutivo do custo de produção. Como o trabalho humano entra na composição dos custos todos os meios de produção e de todos os produtos finais, ele é na verdade o principal elemento para a determinação dos preços das mercadorias” (Pomar, 1991. P. 156).

⁴ “Por outro lado, graças à aprovação da PEC 55 (atual Emenda Constitucional nº 98), que estabelece teto de gastos para gastos sociais do governo até 2025, o Orçamento do Ministério da Educação já se encontra reduzido, passando dos atuais 18% da arrecadação para apenas 10%” (Gadelha, 2017, p. 171).

transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente” (Mészáros, 2008. p. 76, grifos do autor). Por conta disso, este período de transição requer um trabalho coletivo complexo, pois, por experiências históricas, as sociedades instituídas procuram reformas tímidas e ilusórias, pois seus interesses são distintos.

De modo totalmente distinto daquilo que a literatura ideologizada procura difundir, esta não é uma crise do setor imobiliário, nem muito menos de falta de crédito ou muito menos da falta de liquidez, etc. Além do mais, ela já não pode ser administrada com procedimentos tradicionais, ajustes fiscais, “responsabilidade fiscal”, políticas monetárias, estruturais, entre outras. Ela é uma extraordinária acumulação de capitais por grupos restritos e a impossibilidade de valorizá-los na área produtiva, portanto, a retirada do Estado da esfera econômica, as privatizações e a desregulamentação, resulta num meio de desobstruir o livre mercado das necessidades sociais, são os elementos necessários à esta crise.

O problema que esta situação leva às sociedades, aos povos a um retrocesso inimaginável, outrora nunca vivido. A falta de recursos públicos, como não poderia deixar de ser, é um claro indicativo de crise dos sistemas educacionais, tanto público, quanto os sistemas privados, pois, esta realidade não é um caso acidental.

Por conseguinte, nosso tempo se tem caracterizado por uma permanente instabilidade social, política e econômica, a constante inflação deprecia os salários dos trabalhadores e trabalhadoras em todos os âmbitos dos círculos sociais e das esferas econômicas. Os recursos dos Estados, em volumes significativos, são destinados aos grandes conglomerados financeiros com a intenção de “saldar as dívidas”⁵ e “honrar compromissos” o que agravam os índices de desempregos.

Desse modo, como não poderia deixar de ser, os campos educacionais também encontra-se numa esfera de crise, contraditoriamente, devido a sua internacionalização se vê cada vez mais afetada em virtude do papel que ela desempenha socialmente, os setores educativos são forçados a declinar em benefício de interesses privados, desviando-se assim das atribuições que o coletivo lhe delegou, como fonte privilegiada e produtora de conhecimento para o desenvolvimento de sociedades mais democrática e justas; seu papel transita numa escala sempre conflitiva e contraditória.

Com base nessas colocações, podemos auferir que os problemas não se esgotam na crise, muito pelo contrário, representam o embaraço e a incapacidade de reorganizar as relações humanas dentro das próprias relações que a produzem. Portanto:

Nossa contingência histórica dada é o que ativa os limites estruturais insuperáveis – absolutos – do capital. São limites estruturais absolutos do sistema do capital que se tornam determinações destrutivas inclinadas a obstruir o futuro da humanidade. Nessa conjuntura da história, o capital não pode, sob nenhum aspecto, ser diferente do que efetivamente é (Mészáros, 2007, p. 26, grifo do autor).

⁵ É oportuno esclarecer que, segundo a Comissão da Auditoria Cidadã, em 2005, durante o governo de Lula, foi amplamente propagandeado o resgate antecipado ao FMI, no valor de US\$ 15,5 bilhões. Ao contrário do que se fez pensar, tal pagamento não significou a extinção do endividamento externo, que alcançou US\$ 404 bilhões em dezembro de 2011. Hoje essa dívida (aos bancos nacionais e estrangeiros) consome quase a metade do PIB brasileiro.

A extraordinária expansão especulativa do empreendedorismo financeiro, sobretudo nas últimas décadas do século XXI, fez um aprofundamento da crise nos setores da construção e indústrias com a absoluta indiferença do campo produtivo da atividade econômica. A rudeza vai se tornando cada vez mais inalterável e através da ideologização este problema social é transformado numa tribulação quase natural. Em outras palavras:

Pois o liberalismo sempre fechou os olhos para o fato embaraçoso de que uma melhoria significativa visando uma sociedade equitativa só pode resultar de uma mudança fundamental na estrutura da própria *produção*. Isso não poderia ser de outra forma, porque a esfera da distribuição foi *estruturalmente determinada* pelo deslocamento inalterável da classe do trabalho até uma posição necessariamente subordinada na sociedade, dada a alocação legitimada pelo Estado e protegida pela força dos meios de produção para a classe constituída pela personificação do capital (Mészáros, 2015, p. 25, grifo do autor).

No sistema atual de produção⁶, o trabalho humano assume a forma de uma mercadoria, que pode ser trocada por outra mercadoria (dinheiro), assim, essa forma de trabalho possui a peculiaridade única de produzir um excedente a mais, o mesmo é apropriado por aquele que a comprou, e assim, obter nas trocas mercantis, o denominado lucro. Eis o segredo da valorização do capital. Deve ser observado, até o momento presente, todo lucro (mais-valor) surge exclusivamente pela criação do trabalho humano, não existe outra fonte que crie um valor aumentado na produção. Por conta disso, as fontes de produção existem em todas as sociedades, entretanto, não é possível afirmar que os lucros, salários, preços, rendas, entre outros, são acontecimentos que surgiram historicamente com o aparecimento da sociedade capitalista.

Nada mais indicado para recordar nesta parte do trabalho que, a educação, os processos de ensino, os métodos pedagógicos e as práticas educativas não são uma realidade externa, alheia ou autônoma que possuem uma vivência própria, mas expressam uma relação social mediatizada pelas relações sociais de trabalho e, exatamente por essa razão, uma prática social que se produz em aliança com as demais esferas que compõem a sociabilidade humana. Segundo essa visão de análise, a esfera educacional não pode ser compreendida ou estudada se for retirada de seu contexto social ou da sociedade que a gera, que possibilita a sua existência. Portanto, compreende-se que a educação faz parte da divisão social do trabalho e expressa de forma genuína os conflitos e as contradições que dinamizam a produção burguesa do capital. Por conta disso, podemos constatar que:

O homem comum e corrente considera-se a si mesmo como verdadeiro homem prático: é ele quem vive e atua praticamente. Dentro de seu mundo, as coisas não apenas são e existem em si, como também são e existem, sobretudo, pela sua significação prática, enquanto satisfazem necessidades imediatas de sua vida cotidiana. Mas essa significação prática apresenta-se a ele como imanente às coisas, isto é, apresentando-se nelas, independente dos atos humanos que lhes conferem tal significação. As coisas não apenas são conhecidas em si, à margem de toda atividade humana. (...) O ponto de vista da consciência comum coincide, neste aspecto, com o da produção capitalista (Vázquez, 2011, p.35).

⁶ O predomínio do capital especulativo na atualidade, tem gerado situações extremadamente difíceis para a sociedade, pois, a promoção de um desemprego persistente, salários diminuídos pela inflação, o Píbe consome 50% do trabalho social somente para amortizar a dívida externa do país. O capital especulativo (fictício) é aquele utilizado para operações de lucubração.

A educação e a economia caminham juntas, uma pode influenciar a outra, porém, é na esfera econômica que se deve procurar as orientações que a educação vai tomando enquanto formador de sujeitos e cidadãos que procuram uma transformação viável e compatível com todo o desenvolvimento que foi possível acumular ao longo das gerações pretéritas. O futuro será definido com aquilo que nós podemos fazer do presente. Examinando as coisas mais de perto, podemos observar que o caminho da educação recorda de certo modo o caminho de desenvolvimento dos aspectos econômicos que uma sociedade determina num período, como também evidenciam o desenvolvimento no indivíduo.

Foi levantado que as relações de trabalho correspondem a uma forma alienada na produção, em decorrência desse fato, a educação passa por essa questão, porém, a sociedade não é monolítica, imutável, perene, etc., muito pelo contrário, está encontra-se numa constante mutação, assim, pode-se auferir que constantemente ocorrem essas transformações que vão alterando os processos sociais injustos e antidemocráticos.

Como o trabalhador e a trabalhadora ocupam uma posição privilegiada na produção, suas funções lhe impedem desenvolver as suas potencialidades humanas, uma vez que enfrente um período exaustivo de trabalho contínuo e ao término de sua jornada não estão interessados em seu retorno. Em consequência, a educação está eivado por essa mesma situação, os indivíduos não se encontram interessados nas consequências de sua atividade de trabalho, por exemplo, no âmbito educacional, em muitas situações, os trabalhos escolares são produzidos tendo como objetivo primordial uma avaliação que possibilite aos formando avançar na sua disciplina, convertendo-se assim o processo pedagógico numa mera formalidade.

O trabalho alienado é visto como uma atividade que irá a satisfazer uma mera necessidade de vida, a realização subjetiva fica frustrada pelo esforço colocado nessas atividades produtivas. Todavia, devemos lembrar, que a alienação é produzida pela forma como os indivíduos se relacionam com os meios de produção, estes ao estar em posse privada derivam todas suas consequenciais, pois, as relações produtivas são coletivas, logo, se estabelece uma contradição insuperável. Por isto, pode-se afirmar que: “A atividade produtiva é então a fonte da consciência, é a “consciência” alienada” é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho” (Mészáros, 2006, p. 80). Assim, a alienação se apresenta como uma relação social entre os indivíduos que são proprietário dos meios de trabalho e os indivíduos não proprietários, estes últimos, se submetem à execução de um trabalho que não oferece um retorno criador, pelo contrário, passa a negar a sua existência, há um desconforto contínuo. Para se alterar essa relação existente, afirma Lessa (1996), é necessária uma prática social que vise a subverter essa relação alienada, em outras palavras:

Isso significa que o gênero humano, ao se desenvolver, desenvolve também a sua auto-consciência, o seu ser-para-sí. Sem a fixação pela consciência dos resultados alcançados a cada momento pelo desenvolvimento da humanidade, esse desenvolvimento sequer poderia ser imaginado. (...) O devir-humano dos homens se consubstancia na constituição, historicamente determinada, de um gênero humano cada vez mais socialmente articulado e portador de uma

consciência crescente genérica. E o impulso detonador desse processo é a tendência à generalização inerente ao trabalho (Lessa, 1996, p. 60-66).

Isto posto, as transformações sociais, no entanto, não vêm de uma legislação ou de uma reforma isolada, mas sim de ações políticas diretas da classe que na realidade procuram modificar uma situação que lhe é totalmente contrária a seus interesses. Até muito recentemente, acreditava-se que as mudanças sempre viriam de pessoas privilegiadas ou daqueles que tinham um certo destaque social, a história mostrou que essas iniciativas pioraram a situação. Assim, o presente oferece pouco espaço para a benevolência ou para o habilidoso altruísta. Nosso dever, bem como a ordem social da qual fazemos parte, depende principalmente de uma prática distinta à existente: seu exame será o assunto do próximo artigo que segue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este pequeno trabalho buscou compreender como os aspectos fundamentais da economia impactam e determinam o domínio do campo educacional, analisando as relações mais amplas que geram este processo podem elucidar-se os rumos que podem claramente desencadear transformações ou retrocessos sociais. As últimas décadas estes problemas definiram avanços e recuos significativos em todos as dinâmicas sociais, o que torna vital para os processos educacionais a crítica aos modelos oficiais existentes.

A educação cumpre um papel fundamental nas relações humanas de formação, é necessário, pois, um processo de aprendizagem que traga à luz as contradições que tem a realidade moderna, somente dessa forma, podem ser apontadas as soluções que permitam a solução dos mesmos, principalmente, os recursos econômicos básicos para a projeção de uma realidade diferente da atual.


REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fine, B., & Saad, F. A. (2021). O capital de Marx. Tradução: Bruno Hofig, [et al]. Editora: Contracorrente, São Paulo.
- Gadelha, R. M. F. (2017). Educação no Brasil: Desafios e Crise Institucional, In: Revista Pesquisa & Debate. São Paulo. 28(1), 51.
- Lessa, S. (1996). A Ontologia de Lukács. Editora: EDUFAL. Maceió.
- Mézsáros, I. (2007). O desafio e o fardo do tempo histórico. Boitempo. São Paulo.
- Mézsáros, I. (2008). Educação para além do capital. Trad. Iza Tavares. 2ª ed. São Paulo.
- Mézsáros, I. (2015). A montanha que devemos conquistar. Tradução de Maria Izabel Lagoa... [et al.]. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- Pomar, W. (1991). A miragem do mercado. 1ª ed. Editora: Página Aberta Ltda. São Paulo.
- Vázquez, A. S. (2011). Filosofia da práxis. Trad. Maria Encarnación Moya. 2ª Ed. Editora: Expressão Popular, Brasil.

Desafios no aprendizado da leitura olhares dos alunos e professores do 5º ano do ensino fundamental

Recebido em: 07/11/2023

Aceito em: 20/11/2023

 10.46420/9786585756181cap3

Eudinam Maranhão Peres Fernandes

INTRODUÇÃO

O referente Artigo Científico foi desenvolvido a partir da necessidade que os alunos têm com a prática de leitura, por isso pensou-se no tema de modo reflexivo de enxergar a formação do leitor, na qual levando – se em consideração a opinião de alguns autores. Neste sentido, veio como modo de aprimorar e debater as características e procedimentos da situação do processo da prática da leitura dentro da sala de aula. Se a escola propiciasse a emergência do texto escrito desde o início do processo de aquisição da escrita, se soubesse ser escriba e leitora para os alunos no estágio inicial deste processo quando as crianças, embora não conheçam e não dominem ainda os instrumentos tendo em vista que é através da leitura que garantimos, às gerações futuras, o conhecimento e o enriquecimento do vocabulário, dinamizando o raciocínio e a interpretação, porém a leitura é indispensável para formação da pessoa intelectualmente e socialmente.

Dessa forma, buscou – se desenvolver este artigo que vem abordando os desafios da leitura nas séries iniciais do ensino fundamental, com objetivo de responder o questionamento: Quais os desafios encontrados na leitura no ensino fundamental destacando a importância e a compreensão de mundo, para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres?

Sendo assim, cabe ao professor além do ato específico de ensino, conhecer as necessidades históricas de seu tempo para adequar os conteúdos e temas a essa realidade e oferecer aos alunos os instrumentos necessários para a efetivação do ensino e da aprendizagem. A concepção psicobiológica de educação (Lourenço, 2010) articulava o princípio de interesse do aluno com a noção de atividade, a fim de motivar a aprendizagem e modificar o comportamento do aluno.

Os estudos realizados, nesse período, eram bastante diversificados: testes de desenvolvimento mental, inquéritos sobre jogos, influência de leitura e cinema, estudo experimental do hábito, inquérito sobre leitura.

Portanto, aprender a ler em qualquer idade é continuar – se sempre aprendendo, porém, a escola é um momento da formação do leitor, teremos pessoa que, por motivos sociais e culturais, continuarão sendo leitores e progredirão em suas leituras, e outras que retrocederão e abandonarão qualquer processo de leitura.

“A escola só pode alfabetizar, mas, apesar de tudo, ela pode dirigir a maneira de ser leitor. Hoje mais que nunca. Ela é capaz de selecionar comportamento {...} Jean Foucambert, 1994. 23p.

Embora, ao entrar na escola, como já sabemos, as crianças trazem as suas vivências, suas leituras de mundo, a sua historicidade, as suas experiências de letramento (o que já descobriu do código verbal, o que já presenciou da leitura e escrita em sua família).

Nesse caso, a prática pedagógica do professor deve ser sustentada pela possibilidade de reconstruir o conhecimento de novo como busca de novas aprendizagens. Cabe ao professor, também criar situações para que a criança construa o seu saber.

Segundo Cagliari (2003, p. 213) ler e escrever é buscar informações. Já se sabe que o segredo da alfabetização é a leitura, ensinar a criança a ler, ou seja, a decifrar a escrita. A leitura tem dentro de si outras finalidades de proporcionar às crianças a capacidade de ler para: aprender a fazer algo, aprender assuntos do seu interesse, informar-se sobre algum tema e ter prazer na leitura.

E preciso, portanto, criar condições para que os aprendizes desenvolvam, de forma efetiva e ajustar o ensino às necessidades de aprendizagem deles. O professor, em sala de aula, tem o desafio de dar conta sozinho, daqueles alunos que estão em desfasagem de aprendizagem e eles vão passando de uma turma para outra turma, a dificuldade vai se ampliando, ela vai aumentando.

Assim, é importante atentar, no eixo da leitura, tanto para fluência leitora quanto para condições de utilização das estratégias de leitura de textos diversos que serão realizados por docentes.

A cada dia aumenta o número de crianças que não conseguem aprender a ler na primeira série do ensino fundamental, fato que vai estendendo às séries posteriores por conta da progressão continuada que, na maioria das vezes, atribui ao aluno a culpa pelo fracasso escolar.

Com mudança nos paradigmas da educação dos filhos, aliadas a lutar pela sobrevivência e às condições subumanas de vida das populações, de desigualdade sociais, manifestações de crise familiar.

Atualmente, percebe-se, que alguns alunos chegam no ensino fundamental II com dificuldades na compreensão da leitura e interpretação de texto e, as aulas de Língua Portuguesa não privilegiam o ensino da leitura como deveria, só a tem como pretexto para ensino da gramática.

De acordo com Monteiro (2004), “a escola não é o único lugar em que a aprendizagem ocorre, mas é o lugar onde mais se evidencia como fantástica, normal ou deficiente. “A leitura é um ato que depende de estímulo e de motivação contínua.

O aprender a ler

Por muito tempo imaginou-se que a criança só aprenderia a ler se estivesse inserida na escola. Por conta disso, foram criadas as cartilhas de alfabetização e outros meios didáticos com regras sistemáticas do passo a passo que se deveria seguir para alfabetizar uma criança. Hoje sabemos que isso não é necessariamente verdade, pois, sabe-se que o processo de aprendizagem transcende os espaços escolares e que não existem receitas prontas para inserir uma criança no mundo da leitura.

“Ler não significa a repetição infundável das atividades escolares, a decodificação das letras ou dos símbolos” (BRASIL, PCN’s, 1997, p. 57). Ler é uma atividade extremamente rica e complexa, que envolve não só os conhecimentos fonéticos ou semânticos, mas também culturais e ideológicos. Pode ser um processo de descoberta, uma tarefa desafiadora ou mesmo lúdica. É uma atividade de interação que obedece a objetivos e necessidades socialmente determinados onde pode-se compreender e interpretar o mundo que o cerca em todas as suas formas.

Geraldí (1996, p. 28) também entende a leitura como prática social e afirma que:

Aprender a ler é, assim, ampliar as possibilidades de interlocução com as pessoas que jamais encontraremos frente a frente e, por interagirmos com elas, seremos capazes de compreender, criticar e avaliar seus modos de compreender o mundo, as coisas, as gentes e suas relações. Isto é ler.

Para Solé (1998, p. 22) “a leitura é um processo de interação entre leitor e o texto, onde se tenta satisfazer (obter uma informação pertinente para) os objetivos que guiam a leitura”.

A criança aprende ler muito antes mesmo de entrar na escola. Esse processo de aprendizagem se dá na interação com a família ou até mesmo fora dela, nos ambientes que frequente. Aprendemos ler nas formas mais simples da vida. Desde pequenos, quando conseguimos interpretar ou descrever as imagens, os desenhos ou figuras que aparecem num livro, revista, jornal, placa, quadro, televisão, computador ou paisagem à nossa volta, estamos lendo. É uma leitura diferente baseada nos conhecimentos que temos sobre algo e onde construímos um repertório de textos que são usados pela sociedade.

Martins (1994, p. 27) ao ampliar a noção de leitura afirma que “ler deve ser considerado um processo de apreensão de símbolos expressos através de qualquer linguagem, portanto, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano”

A leitura não deve ser entendida apenas como a decodificação de símbolos ou letras, e sim como um processo de compreensão que se dá pela interação entre a criança e o meio onde ela vive, ou seja, devemos entender que ler é a forma como a criança interpreta ou compreende um conjunto de informações.

De acordo com os PCN’s:

É preciso superar algumas concepções sobre o aprendizado inicial da leitura. A principal delas é a de que leré simplesmente decodificar, converter letras em sons, sendo a compreensão consequência natural dessa ação. Por conta desta concepção equivocada a escola vem produzindo grande quantidade de “leitores” capazes de decodificar qualquer texto, mas com enormes dificuldades para compreender o que tentam ler. (BRASIL, 1997 p. 55).

Para auxiliar no processo de aprendizagem da leitura é preciso se compreender as fases do desenvolvimento da criança e oferecer a ela, desde cedo, um ambiente rico em livros, jogos educativos e outros materiais que irão despertar o gosto pela leitura, o desejo de investigar, de descrever e compreender o que está a sua volta.

Freire (2005 *apud* Maia 2007, p. 27) nos diz que: “aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não é uma manipulação mecânica de palavras, mas uma relação dinâmica que vincula linguagem e realidade”.

Em casa ou na escola, quando contamos ou lemos uma história para uma criança e mostramos a ela as gravuras existentes no texto, ela está se alfabetizando, independentemente da idade. E, posteriormente ao entrar em contato novamente com aquela história, mesmo que não saiba ler ainda, a criança será capaz de fazer sozinha sua própria releitura, usando palavras que são próprias do seu cotidiano, mas sem perder a verdadeira essência da história. Ainda de acordo com Freire (1984 *apud* Maia 2007, p. 27) “o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo”.

A leitura se desenvolve na convivência com próprio mundo. Um indivíduo aprende ler quando relaciona o que lê com o seu conhecimento de mundo, ou seja, com as experiências que traz em sua “bagagem”. Assim, cada pessoa terá uma leitura particular de um mesmo texto, dependendo do seu conhecimento prévio. Esse conhecimento antecipado que se tem de algo é fundamental para a construção dos significados acerca do lido.

A leitura no contexto escolar

A leitura é uma das principais atividades da instituição escolar e precisa ser trabalhada com dedicação, pois, a aquisição da mesma é a base para o desenvolvimento cognitivo do aluno e para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Uma das prioridades da escola é oportunizar aos alunos o aprendizado da leitura e da escrita, valorizando-as igualmente, pois ambas estão interligadas. Logo, deve propiciar todos os instrumentos e condições para que a criança tenha um contato positivo com os livros, colocando à sua disposição materiais de leitura de diversas fontes. Entretanto, na maioria das escolas estes materiais ficam engavetados em armários, sendo usados apenas esporadicamente. Barbosa (1994, p. 141) afirma que “a escola deve se organizar em função de um novo conceito de leitura, que supõe a adoção de um novo processo de aprendizagem”.

De acordo com Solé (1998, p. 32), “um dos múltiplos desafios a serem enfrentados pela escola é o de fazer com que os alunos aprendam a ler corretamente [...]”. A função da escola não é só de ensinar a ler mecanicamente, mas ensinar ler criticamente, a interpretar os diferentes tipos de leitura, para evitar a reprodução das desigualdades sociais, conhecendo-as e buscando superá-las através da aquisição da leitura e da escrita, e assim tornar a sociedade mais igualitária.

Ensinar a ler não é tarefa fácil. Ao contrário, é uma atividade complexa que exige muito esforço, paciência e determinação de ambas as partes envolvidas neste processo. E como, na maioria dos casos, a criança vem de casa sem nenhum contato anterior com o mundo da leitura, é a escola quem arca com essa imensa responsabilidade. Silva (1987 *apud* Maia 2007, p. 28), um dos pioneiros no uso da terminologia “pedagogia da leitura”, afirma: “Ler é, em última instância, não só uma ponte para a tomada de

consciência, mas também um modo de existir no qual o indivíduo compreende e interpreta a expressão registrada pela escrita e passa a compreender-se no mundo”.

Não basta saber decifrar os códigos escritos. Para ser um bom leitor é preciso conseguir resolver tarefas simples do cotidiano escolar como interpretar textos, saber o significado de uma palavra ou entender o sentido de uma frase. Para isso, é necessário se apreender a mensagem transmitida pelo conjunto de palavras que formam frases e textos.

Silva (1986 *apud* Maia 2007, p. 28), faz uso de palavras fortes como “conscientização, liberdade, cidadania, e transformação” e concebe a leitura como “um instrumento para o processo de reconstrução da sociedade brasileira”, ao mesmo tempo em que denuncia a falta de uma política de direito à leitura: “na sociedade brasileira, constituída de classes com intenções antagônicas, a leitura se apresenta como uma questão de privilégio e não de direito de toda a população”.

Infelizmente, a escola foi e continua sendo excludente, hoje um pouco mais mascarada, mas continua sendo excludente quando privilegia as classes sociais mais elevadas em detrimento das mais pobres.

Fatores que estimulam o processo de leitura

A leitura é um processo contínuo que depende de várias metodologias e estratégias, as quais devem estar de acordo com a idade ou estágio cognitivo do aluno. A criança deve ser exposta desde cedo a um ambiente alfabetizador repleto de livros e materiais escritos ou digitados, mídias eletrônicas e outros, seja em casa ou na escola.

São muitos os gestos de leitura que podem influenciar as crianças como a simples prática de ler um texto ou uma história em voz alta junto a uma criança. Muitos também são os tipos de textos que circulam nas instituições de ensino e nos grupos sociais. Para estimular o processo de desenvolvimento da leitura a escola deve antes de tudo propiciar um ambiente acolhedor, harmonioso e rico em livros de diferentes gêneros textuais, jogos educativos e outros recursos como mídias eletrônicas que costumam prender a atenção do aluno.

Os PCN's (1997, p. 36), registram que: “Não se formam bons leitores oferecendo materiais empobrecidos, justamente quando as crianças são iniciadas no mundo da escrita”. As pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma a qualidade de suas vidas melhora com a leitura. A escolha correta do material a ser utilizado nas salas de aula será de suma importância e decisivas para atrair a atenção das crianças, principalmente, nas séries iniciais. No entanto, vale ressaltar também que é de fundamental importância que o docente tenha domínio do recurso utilizado em seu trabalho para possibilitar a construção e o desenvolvimento de habilidades nos educandos.

Textos literários, revistas em quadrinhos, jornais, textos em mídias eletrônicas, brincadeiras e jogos educativos são a base para envolver os alunos e se fazer da aula um momento de aprendizado e

descontração. A escola precisa disponibilizar-se de materiais como estes e os docentes devem ousar na sua criatividade durante as aulas.

De acordo com os PCN's:

Para aprender a ler, portanto, é preciso interagir com a diversidade de textos, testemunhar a utilização que os leitores fazem deles e participar de atos de leitura de fato; é preciso negociar o conhecimento que já se tem e o que é apresentado pelo texto, o que está atrás e diante dos olhos, recebendo incentivo e ajuda de leitores experientes (BRASIL, 1997, p. 56).

Os PCN's (BRASIL, 1998, p. 149), confirmam ainda que: “o envolvimento do aluno no processo de aprendizagem deve propiciar ao aluno encontrar sentido e funcionalidade naquilo que constitui o foco dos estudos em cada situação de sala de aula”.

É fundamental entender que para formar leitores, se faz necessário à escola criar ambiente estimulador, com condições favoráveis para que se desenvolva a prática da leitura, onde o aluno se sensibilize pela necessidade de ler, criando um espaço agradável no qual o leitor queira permanecer e poder desfrutar o que há de melhor, tornando assim um veículo facilitador da aprendizagem no qual lhe dará autonomia diante do seu conhecimento.

Segundo os PCN's (1998, p. 58), para que as dificuldades da leitura sejam superadas e os alunos se sintam estimulados, a escola deve:

Disponer de uma boa biblioteca, [...] de um acervo de classe com livros e outros materiais de leitura; organizar momentos de leitura livre em que o professor também leia. Para que os alunos não acostumados com a participação em atos de leitura e que não conhecem o valor que ela possui, possam ver seu professor envolvido com a leitura se sintam seduzidos e seja despertado pelo desejo de ler também.

A escola precisa oferecer condições para os alunos construírem sua própria aprendizagem na leitura, além de conquistar o educando de forma prazerosa, para que ele desenvolva o hábito de ler, dispondo atenção não só para os alunos bem-sucedidos, mas também para aqueles com dificuldades de leitura, possibilitando a todos os alunos a chance de se tornarem bons leitores.

Sugestões pedagógicas e formas de intervenções familiares no contexto da leitura

Para incentivar as crianças e fazer da leitura uma prática prazerosa, pode-se seguir algumas maneiras simples que ajudarão muito na aquisição do conhecimento e que podem ser praticadas tanto na escola pelos docentes como em casa pelos pais e familiares envolvidos no processo de aprendizagem da criança. Segundo Cramer e Castle (2001), São elas:

Ler em voz alta diariamente para a criança, independentemente de sua idade, pois, aos poucos ela vai se familiarizando com a leitura e se acostumando a ver e tocar nos livros.

Inicialmente use livros ilustrados sem textos ou com poucas palavras, eles podem ajudar no desenvolvimento da percepção visual, da imaginação e na leitura das imagens. Auxilie a criança apontando as cores e dizendo o nome das coisas. Livros simples podem ensinar para a criança que há

espaços entre as palavras e que a escrita vai da esquerda para a direita o que mais tarde irão ajudá-la no desenvolvimento da leitura.

Contar histórias para as crianças estimulando-as a fazer perguntas, a falar sobre a história que acabou de ouvir, a tentar adivinhar o que vai acontecer com as personagens de acordo com o desenrolar da trama. Leve-o a relacionar os fatos ou coisas da história com o seu dia a dia.

Tentar desenvolver em parceria com pais e escola programas de incentivo ao desenvolvimento da leitura. Buscar parcerias na comunidade e desenvolver programas de leitura para voluntários, pais e crianças, assim, pode-se desenvolver de forma prazerosa a leitura de ambas as partes.

O dicionário ilustrado (infantil) é uma ferramenta estimulante, pois, prende a atenção das crianças e desenvolve o hábito de ler brincando. Provoque-as a descobrir o significado das palavras.

Expor materiais de escrita como giz de cera, coleção, lápis com borracha, canetas, papéis entre outros ao alcance das crianças para que elas se sintam confiantes e livres para se expressarem.

Assistir e incentivar a assistir programas educativos na TV, vídeo ou computador. Esses programas além de divertidos ensinam coisas interessantes como conteúdos escolares ou coisas que podem ser usadas no dia a dia das pessoas.

Manter o Hábito de visitar uma biblioteca ou livraria com frequência, levar a criança a esses ambientes desde pequeno, começar com visitas semanais e depois vai ampliando a assiduidade dessas visitas. Incentivar a escolher os livros que mais lhe agrada, pegando-os emprestado ou comprando-os.

Com atitudes simples pode-se fazer muito para ajudar no desenvolvimento intelectual e educacional das crianças. Essa curiosidade vai determinar o futuro das crianças como leitoras. É importante lembrar que o gosto pela leitura deve começar antes da alfabetização, em casa, quando a criança fica fascinada pelo conteúdo dos livros que os pais leem para elas e aprimorada na escola no decorrer de sua vida escolar.

O conceito de alfabetização tem – se modificado ao longo do tempo e, conseqüentemente, vem sendo avaliado e definido de vários modos. Com base nos diversos censos demográficos realizados no Brasil podem – se perceber alguns aspectos dessas alterações.

Até 1940, eram consideradas alfabetizadas as pessoas que declaravam saber ler e escrever e que assinavam seu nome para comprova-lo, porém ler é ser capaz de se descenter de suas ideias e pensamentos para acompanhar e compreender são ações que o sujeito desenvolve sobre a linguagem vai acontecendo ao longo da vida, não tendo idade determinada para acontecer.

Visando, então, a todos pela educação ainda lembra que a não alfabetização das crianças em idade adequada traz prejuízos para aprendizagem futuras e aumentam os riscos de reprovação, abandono e evasão escolar.

O ambiente escolar deveria sempre estimular a leitura e a escrita, incorporando e articulando todas as tecnologias disponíveis, esta é uma perspectiva geralmente diferente da vivida pela maioria dos professores e professoras que trabalham no ensino fundamental I.

O processo da leitura e de suma importância para a formação do leitor, e com isso vários fatores que em destaque primeiramente baseia – se no ato de ler, cujos objetivos é aperfeiçoamento da linguagem falada, a própria escrita mais sofisticada, desta forma é de valia a presença da leitura dentro do espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram feitas análises sobre a história do ensino da leitura em nossas escolas, buscando refletir sobre as maneiras que a escola ensina e as maneiras que a criança aprende a ler. Percebe-se que são muitos os fatores que levam às dificuldades de leitura e a importância que escola, docentes e famílias têm juntas na aquisição das competências leitoras. Observou-se que anteriormente no início da colonização do Brasil muitos eram os entraves no ensino da leitura, pois, não eram todas as pessoas que tinham acesso à escola, não havia métodos eficientes de ensino, não havia livros atrativos para leitura ao alcance de todos e não era do desejo das classes sociais dominantes que as parcelas menos favorecidas da população se tornassem pessoas intelectualmente independentes.

No entanto, observou-se também que ao longo dos anos houve avanços significativos no contexto escolar, uma vez que, as necessidades foram surgindo e a escola se expandiu, com isso as pessoas se tornaram mais exigentes, novos estudos surgiram e os métodos de ensino evoluíram, aumentaram-se o número de livros de leitura disponíveis a todos, dentre outras. Porém, percebe-se que ainda há muito a se fazer no âmbito do ensino da leitura nas escolas. Como perspectivas para o futuro, espera-se que escolas, docentes e famílias trabalhem juntas, adquirindo e aperfeiçoando a cada dia os hábitos saudáveis de leitura, seja em casa ou na escola, para que as futuras gerações não sofram tanto com as dificuldades de leitura que na atualidade assolam nossas escolas. Portanto, este trabalho de pesquisa serviu para perceber que é preciso refletir sobre o passado do ensino nas séries iniciais para se ter uma noção clara das causas dos problemas existentes nas escolas no presente.

Entretanto, devemos estar conscientes de que os nossos alunos precisam ser incentivados a ler porque a leitura é fundamental em sua rotina diária, porém cada um tem único jeito aprender, tem seu próprio percurso, suas próprias ideias, é momento de pararmos para refletir sobre as questões quais os desafios encontrados no ensino- aprendizagem. Os alunos com dificuldade de aprendizagem passam pouco tempo em contato com situações de leitura e escrita, com livros revistas, jornais e não estavam oportunizados com atividades que favorecem a alfabetização.

Muito se tem discutido a leitura é análise de fichas de encaminhamento de alunos a equipe técnica. Isso feito, iniciam-se as entrevistas com os coordenadores, diretores, professores e alunos. Assim, a falta de compromisso da família com o processo de aprendizagem das crianças e a falta de interesse do próprio aluno em aprender, pois o ambiente familiar desestruturado, condições precárias de vida, insucesso social, cultural, problemas emocionais e condições de saúde são fatores que contribui a dificuldade de aprendizagem em leitura.


REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cagliari, L. C. O. (1998). Ensino e aprendizagem: os métodos. IN: Alfabetizando se, o Bá –Bé – Bi – Bó – Bú. São Paulo: Scipione.
- Cagliari, L. C. (1993). Alfabetização e Lingüística. São Paulo: Scipione.
- Ferreiro, E. (1987). Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez Editora.
- Freire, P. (1982). Educação: O sonho possível. Rio de Janeiro: Graal.
- Freire, P. (ANO). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.
- Jean, F. (1994). Avaliar Livro Adicionar à lista Menor Preço A Leitura Em Questão Editora: artmed Tipo: usado.
São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

Pesquisa Qualitativa em Educação e Educação Matemática: entrelaçamentos que fortalecem a prática investigativa

Recebido em: 01/11/2023

Aceito em: 03/11/2023

 10.46420/9786585756181cap4

José Augusto Lopes da Silva 

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas é possível observar o aumento significativo de pesquisas voltadas para a área da educação, que seguem as mais variadas temáticas investigativas e são impulsionadas pela possibilidade de compreensão dos fenômenos a partir de uma abordagem qualitativa.

A área da matemática, embora marcadamente atrelada a um passado de construção pautado nas ciências naturais, atualmente revela-se como um campo fértil de onde se podem tirar importantes contribuições e investigações para auxiliar na compreensão dos processos de ensino e aprendizagem. A Educação Matemática, enquanto área de estudo que se consolida no meio científico, tem despertado a atenção de inúmeros estudiosos, justamente por sua amplitude e possibilidade de investigação, que leva em consideração as influências sociais, culturais, históricas, entre outras, como destaca Bicudo (1993), Carvalho (1991) e D' Ambrósio (1996).

Diante do avanço das pesquisas voltadas para a Educação Matemática, torna-se necessário compreender quais características devem permear a postura dos pesquisadores na área, bem como evidenciar os processos de construção de uma pesquisa em educação, com seus desafios e problemáticas a serem enfrentadas dentro da perspectiva qualitativa, como indicado por Teixeira (2015).

Logo, parte-se do seguinte questionamento: Como os avanços na pesquisa em educação, com as ciências sociais e a abordagem qualitativa, influenciam as pesquisas em Educação Matemática e podem ampliar a compreensão do pesquisador sobre o que é investigado? Com a pretensão de responder a tal questionamento, esta pesquisa tem por objetivo realizar uma discussão teórica sobre a pesquisa em educação e Educação Matemática, ressaltando os principais pontos que levam ao avanço no desenvolvimento de estudos nas áreas, com a influência crescente das ciências sociais e da abordagem qualitativa.

O texto encontra-se dividido em duas partes principais:

1º) Pesquisa em educação, que traz o contexto de avanço da área, no que diz respeito à compreensão do objeto investigado e a necessidade de explorá-lo de forma ampla, não preso unicamente

a uma concepção ou abordagem teórica, por exemplo. Neste ponto, é destacada a abordagem qualitativa, com o olhar voltado para o Estudo de Caso e a Observação, uma vez compreendido o importante papel que exerceram e exercem no avanço das pesquisas em educação.

2º) Pesquisa em Educação Matemática, revela o conjunto de possibilidades que a Educação Matemática adquire no cenário atual, impulsionada pelos avanços das ciências sociais e da abordagem qualitativa em pesquisas na área da educação. São enfatizadas também as principais características da área, que trazem um novo olhar para a investigação dos fenômenos situados no âmbito da matemática, para compreensão do ensino e da aprendizagem.

Esta pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, que compreende uma pesquisa bibliográfica com caráter exploratório, trazendo as discussões de autores como Yin (1984), Gatti (2001) e Teixeira (2015), por exemplo, para tratar da pesquisa em educação, em um primeiro momento. Já para o segundo momento, que aborda principalmente a Pesquisa em Educação Matemática, são acessados autores como Bicudo (1993), Carvalho (1991), D' Ambrósio (1996) e Fiorentini e Lorenzato (2006), entre outros.

Vale ressaltar, que não se tem a pretensão de detalhar métodos de pesquisa ou mesmo abranger todos eles, porém, busca-se despertar nos pesquisadores em educação e em Educação Matemática o interesse pela investigação e coerente dos métodos a serem adotados em suas investigações.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Adentrar o contexto da pesquisa em educação, com seus fundamentos e princípios, requer uma análise crítica do próprio conceito de pesquisa e do que este representa para o pesquisador. Trabalhar esta questão, controlando a ânsia de ir diretamente para os fins sem uma reflexão aprofundada, poderá trazer um amadurecimento enriquecedor.

Teixeira (2015) enfatiza que o entendimento da pesquisa como capaz de desvendar um novo mundo, ampliando conhecimentos e a própria ciência que se tem, proporciona a ressignificação de qualquer relação existente nesse processo. A autora indica que a compreensão do que seja “o termo pesquisa” e de seu real significado contribui para a qualidade dos estudos da realidade investigada e também a construção de novos conhecimentos.

A realização de uma pesquisa exige grande aprofundamento por parte do pesquisador que se dispõe a desvendar uma determinada realidade. E como em toda relação existente, tem-se um momento de grande empenho na busca pelos dados, evidências e informações, que acabam por gerar a necessidade de constantes reajustes e embates neste processo de construção.

Tais embates estão presentes também no momento da escolha de métodos e técnicas, pois recebem influência direta da visão de mundo que orienta o pesquisador. Teixeira (2015) destaca que não há separação entre o sujeito de pesquisa, o pesquisador e o objeto de investigação. O pesquisador deverá

equilibrar as interferências que poderão surgir durante o processo investigativo, para que tudo aquilo que traz, enquanto construção pessoal, não venha a interferir em quaisquer conclusões acerca do objeto.

A pesquisa em educação segue as mesmas orientações e reflexões expressas para a pesquisa em geral, porém, é necessário que se tenha esclarecido algumas das bases epistemológicas e teórico-metodológicas que são mais utilizadas durante a investigação educacional, uma vez que a grande maioria dos trabalhos desenvolvidos seguem tais orientações: positivismo, fenomenologia e dialética.

Em Gatti (2001) é possível observar, quando se refere aos estudos sobre educação, uma forte tendência ao pragmatismo imediatista das pesquisas, o que pode gerar uma visão superficial. Segundo Teixeira (2015), esta questão pode ser observada no contexto de “soluções imediatas” que é exigido do pesquisador em educação na atualidade, o que acaba por prejudicar seu empenho, comprometendo a qualidade da pesquisa e a própria interpretação dos dados, ou seja, a busca por uma “resposta evidente” mostra a pouca validade da questão que dá origem ao ponto de investigação científica.

Partindo para uma análise mais detalhada das abordagens em pesquisa educacional, entendidas aqui como parte de dois eixos, qualitativas e quantitativas, deve-se contrariar a disputa histórica existente entre ciências naturais e sociais, lembrando-se da complementaridade de ambas para o enriquecimento da pesquisa.

Para Martins e Ramos (2013) a pesquisa quantitativa deve ser pensada para níveis de realidade, que necessita trabalhar com grande quantidade de dados, dentro de uma perspectiva de organização e tabulação que, por meio de técnicas específicas, irão gerar informações a serem analisadas.

Gatti (2004) ressalta ainda a natureza do objeto, os objetivos do investigador e do instrumento, como elementos determinantes que devem ser priorizados quando se pretende obter quantificações, que por sua vez podem ser categóricos, ordenados e métricos, tendo um tratamento específico para cada um.

Na pesquisa educacional, assim como em outras áreas, o pesquisador não pode estar fixado de forma inflexível a uma ou outra abordagem, deve antes verificar profundamente as necessidades que surgem do objeto investigado.

Vianna (2003) reforça a ideia de que no contexto educacional podem surgir questionamentos que demandem respostas quantitativas, porém, é preciso uma análise detalhada que indique a necessidade de “quantificar ou não”. Gatti (2004) trata da combinação dos dois tipos de dados, oriundos da abordagem quantitativa e qualitativa, em uma tentativa de complementar, “cercando” o objeto de todas as formas.

Com relação à pesquisa de natureza qualitativa, Teixeira (2015) evidencia que o próprio “termo pesquisa” apresenta nova significação dentro do método qualitativo, pois não está mais fixamente atrelada a racionalização, mas procura lançar um olhar amplo que seja capaz de envolver todos os elementos significativos que circulam o objeto pesquisado.

Bogdan e Biklen (1994) ressaltam cinco características que podem auxiliar na identificação da pesquisa como qualitativa, não havendo necessidade de atender a todas elas. Tais indicações se

aproximam das que Trivinos (2006) destaca mais adiante, em seus trabalhos, como elementos mais citados na literatura e que podem ajudar na identificação de uma pesquisa qualitativa.

Para Teixeira (2015), tais características dizem respeito: 1-Ao ambiente natural, onde a pesquisa qualitativa terá sua fonte de dados variados e utilizará o pesquisador como instrumento principal, uma vez que os fenômenos que se desenvolvem naturalmente no ambiente impactam diretamente o objeto; 2-A pesquisa qualitativa como descritiva, uma vez que os dados coletados tendem a ser descritivos, indicando necessidade de uma análise minuciosa; 3-A preocupação maior com o processo do que com o resultado. O interesse do pesquisador está na manifestação do problema pesquisado, que se refletem nas atividades, procedimentos e interações que ocorrem no cotidiano; 4-O processo indutivo que permeia a análise dos dados e tira a preocupação do pesquisador em validar ou refutar hipóteses estabelecidas a priori; e 5-O significado como elemento de preocupação essencial do método qualitativo, uma vez que a perspectiva dos participantes ganha enorme valor na análise.

O interesse pela pesquisa qualitativa avançou significativamente ao longo do tempo. Bogdan e Biklen (1994) mostram que a mesma foi reconhecida no meio científico no final da década de 60, porém, já possuía longa tradição, uma vez que era impulsionada há séculos pela antropologia e sociologia. À medida que os problemas sociais exigiam demandas mais amplas de investigação, na busca de soluções e mudanças significativas, pode-se verificar o interesse maior pela pesquisa qualitativa. Essa nova perspectiva de análise, a qualitativa, também chegou ao meio educacional, gerando mudanças na forma de se compreender o processo de construção do objeto investigado.

Ludke e André (1986) ressaltam que as novas abordagens de investigação surgem para responder a questões atuais da educação, diferenciando-se dos métodos tradicionais utilizados pelas ciências naturais. Isso se justifica pela complexidade dos fenômenos percebidos, que não poderiam ser apreendidos apenas por meio de uma análise superficial, visando os resultados.

Embora a análise quantitativa seja extremamente valiosa para a obtenção de dados e resultados precisos, Teixeira (2015) indica a necessidade de entender que, olhar unicamente para o fim do processo pode fazer com que o pesquisador deixe de compreender diversos fenômenos relacionados e que influenciam diretamente na construção do objeto e na obtenção da própria resposta da investigação.

Algumas características importantes dessas novas propostas podem ser analisadas, principalmente quando se percebe a importância que apresentam para o desenvolvimento das ciências sociais e da abordagem qualitativa no contexto educacional, sendo que este trabalho de pesquisa dá destaque para o Estudo de Caso e a Observação, uma vez compreendida suas amplitudes no cenário das pesquisas em educação na atualidade.

Ao analisar o Estudo de Caso qualitativo, Stake (2000) define essa modalidade de pesquisa como específica, com elementos bem delimitados e que posteriormente se integram, sofrendo influência das “relações complexas, contextualizadas e problemáticas”. O autor propõe ainda que essa abordagem de pesquisa pode ser dividida a partir de suas finalidades como: intrínseco, mas intimamente ligado ao

interesse particular do pesquisador; instrumental, relacionado à possibilidade de representar a compreensão de algo mais amplo; e coletivo, que faz referência ao estudo de um conjunto de casos para a compreensão do fenômeno.

Para Yin (1984), citado em Alvez-Mazzoti (2006), o Estudo de Caso deve gerar dados que sejam capazes de sustentar conclusões e aceitar outras perspectivas, diferentes das adotadas na pesquisa. Esse caráter de generalização dos resultados obtidos com o Estudo de Caso tem seus entendimentos expressos de forma diferente por Stake (2000) e Yin (1984), pois para Yin os resultados não devem ser usados para fins de generalização e sim para “produzir propostas teóricas” que possam ser trabalhadas nos diferentes contextos. Em Stake, é possível observar o que denomina como “generalização naturalística”, em que um caso específico possui relação de semelhanças e diferenças com outros casos, que poderão ser analisados pelos leitores para fins de entendimento e generalização.

Ao adentrar mais profundamente na compreensão do que seria um Estudo de Caso, Teixeira (2015) destaca a possibilidade de compreender que esta modalidade de pesquisa está intimamente atrelada à perspectiva qualitativa, uma vez que não é possível fazer inferências estatísticas da mesma.

As concepções de Ludke e André (1986) apontam para a postura do investigador, que deverá buscar “novas respostas e indagações”, nos remetendo a um conhecimento inacabado dentro do processo de pesquisa em educação. Outro ponto a ser destacado é a capacidade de percepção que o investigador deverá desenvolver para observar os fenômenos que cercam o objeto, e que influências exercem sobre ele. Essa reflexão se insere diretamente nas pesquisas em geral, pois todo e qualquer objeto se constitui em um tempo e espaço, como construção histórica de diversas relações.

Com relação à Observação enquanto método de coleta de dados, Teixeira (2015) destaca a importância do cuidado e do desenvolvimento de técnicas adequadas na realização deste método pelo pesquisador. De certo, a Observação tem sido muito utilizada nas pesquisas em educação, sendo capaz de atingir um alto nível de percepção dos fenômenos envolvidos, porém, é extremamente necessário que seja bem empregada e delimitada, garantindo seu valor científico.

Vianna (2003) procura esclarecer a diferença entre uma Observação casual e uma Observação científica, destacando a última como um processo que requer “planejamento e apoio em fundamentos teóricos para ter significado científico”. Tais orientações confirmam alguns cuidados que se deve empregar na pesquisa em educação, que utiliza a Observação como método de coleta, como a identificação dos dados mais relevantes e o papel do observador no processo de análise, por exemplo.

Com relação à reatividade, Vianna (2003) faz algumas inferências que servem de orientação para o desenvolvimento de pesquisas com essa perspectiva de coleta de dados, pois destaca que muitos sujeitos tendem a modificar seus comportamentos quando percebem que estão sendo observados. Uma forma de minimizar este problema seria a possibilidade de o observador ocultar seus instrumentos de coleta, procurar chamar o mínimo de atenção possível dos observados, ou mesmo ficar mais tempo no local de pesquisa, fazendo com que sua presença não “incomode” ou interfira tanto no ambiente pesquisado.

Ter conhecimento da reatividade pode levar o pesquisador a pensar em estratégias que venham a minimizar ou mesmo anular seus impactos, não deixando que haja comprometimento na análise e da validade da pesquisa. Isso requer grande empenho e um estudo preliminar das variáveis que podem ser encontradas no ambiente pesquisado, com a pretensão de criar alternativas para o desenvolvimento da pesquisa, levando em consideração seus impactos.

Com ênfase na Observação, Teixeira (2015) procura enfatizar os dois tipos, estruturadas e não estruturadas, onde um tende a verificar a frequência que o comportamento ocorre, e o segundo tem características mais amplas, por registrar diferentes acontecimentos. As observações podem ser realizadas de diversas formas, por meio de narrativas gravadas ou filmadas, por exemplo, sempre destacando a importância de ocorrerem no momento dos acontecimentos.

Teixeira (2015) traz outro ponto importante, e que vale como orientação para toda a pesquisa que se pretende realizar, trata-se do desenvolvimento da capacidade reflexiva do investigador diante do processo de observação, uma vez que deverá se perguntar constantemente sobre a importância dos elementos destacados, se não há algo que passou despercebido ao seu olhar, ou mesmo se está conseguindo estabelecer corretamente a relação entre os dados coletados e a teoria.

Pode-se compreender que o desenvolvimento de uma pesquisa em educação requer muito empenho e dedicação, na tentativa de perceber o que acontece com o objeto e com os fenômenos que influenciam diretamente em seu processo de construção e desenvolvimento.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Após a verificação de alguns elementos importantes da construção de uma Pesquisa em Educação, e que podem ser adotados frente a qualquer pesquisa que se pretenda realizar, Bicudo (1993) ressalta que, de acordo com a concepção de ciência que é assumida pelo pesquisador, tem-se uma diferenciação nos aspectos que são denominados, concebidos e materializados dentro da pesquisa.

Para uma reflexão maior sobre a pesquisa em Educação Matemática, torna-se importante adentrar em algumas definições para a área, indicadas por estudiosos como Bicudo (1993), Carvalho (1991), D'Ambrósio (1996) e Fiorentini e Lorenzato (2006), por exemplo.

Ao se pensar em Educação Matemática deve-se levar em consideração sua recente busca por afirmação enquanto área científica. Bicudo (1993), em seu trabalho “Pesquisa em Educação Matemática”, lança algumas indagações quando enfatiza que se trata de uma região em construção. No entanto, a autora já indicava, naquela época, uma crescente preocupação com a forma de compreender a matemática e o “fazer matemática”, bem como as questões que envolvem os significados sociais, culturais e históricos dessa área.

Essa mudança de perspectiva no modo como se compreende a matemática remete a um processo longo de desconstrução da hegemonia das ciências naturais enquanto detentora dos conhecimentos absolutos. Neste sentido, Fiorentini e Lorenzato (2006) partem para uma definição de Educação

Matemática enquanto área de conhecimento das ciências sociais, que engloba a compreensão das temáticas de ensino e aprendizagem, ou seja, trata-se de uma práxis que envolve o domínio dos conteúdos da área, bem como os processos pedagógicos englobados pelo contexto de aprendizagem.

Carvalho (1991) se aproxima dos autores citados, quando indica que a Educação Matemática trata do estudo dos fatores que possuem influência direta ou indireta nos processos de ensino e aprendizagem em matemática, bem como a atuação sobre esses fatores. No entanto, deixa explícita a preocupação com os valores e especificidades da matemática.

Bicudo (1993), por sua vez, ressalta que as pesquisas realizadas dentro do contexto da Educação Matemática trazem ainda a ação política-pedagógica que se assemelha com os aspectos da educação, porém, diferencia-se quando vai de encontro a pontos concernentes aos significados da matemática. A autora indica que esta área fornece dados sobre o “compreender e o fazer matemático”, possibilitando que outras compreensões e fazeres, científicos ou não, possam também interferir nessa ação político-pedagógica.

A pesquisa em Educação Matemática tem, portanto, o papel de trazer à tona uma nova forma de compreender o Conhecimento Matemático. Em D’ Ambrósio (1996), quando trata do conhecimento como um longo processo de acumulação de toda uma geração, mostra que o processo de aquisição envolve diversos fatores que perpassam o campo sensorial, intuitivo, emocional e racional. Neste sentido, é possível compreender que qualquer pesquisa que caminhe pelo viés da Educação Matemática deverá também atentar para a complexidade do indivíduo.

Neste sentido, Bicudo (1993) indica que a pesquisa em Educação Matemática deve caminhar atendendo a todos os significados sociais, culturais e históricos da Matemática. Para tanto, a autora faz algumas indicações importantes sobre os pesquisadores em Educação Matemática, pertinentes à época e que se mantém extremamente atuais.

- a. Os pesquisadores em Educação Matemática devem cuidar para não fazer afirmações ingênuas, improcedentes, vazias, ao lançar mão de estudos elaborados pela Psicologia, História, Filosofia, Matemática, Antropologia...
- b. Os pesquisadores em Educação Matemática devem cuidar para que, ao lançar mão de obras de autores que julgam significativos para elucidar suas interrogações ou para auxiliá-los na busca de compreensões, soluções etc., façam-no esclarecendo o pensamento do autor. Entretanto, não se trata de apenas apresentar um resumo do pensamento do autor com o qual estão trabalhando, mas, principalmente, trata-se de explicitar suas próprias articulações, as quais tecem o fio condutor do texto que está sendo elaborado. Essa conduta evita que sejam feitas afirmações improcedentes, vazias, bem como evita que o raciocínio do pesquisador fique obscuro, ocultando-se. Esse procedimento implica excluir-se citações curtas de uma ou outra passagem de uma obra de um autor, concluindo, em seguida, a partir do que esse autor teria dito.
- c. Os pesquisadores em Educação Matemática devem cuidar para explicitar sua interrogação (ou pergunta, ou problema), indicando o modo e a direção em que vão conduzir suas pesquisas.
- d. Os pesquisadores em Educação Matemática devem ter claras as diferenças existentes entre pesquisa, relato de experiência, propostas pedagógicas e ação pedagógica (Bicudo, 1993).

Torna-se interessante compreender a preocupação existente com a pesquisa voltada para a área, uma vez que o forte apego às estruturas de ensino existentes no campo das ciências exatas faz da matemática um caminho que se repete constantemente em suas ações metodológicas. D' Ambrósio (1996) fala de uma matemática dominante que, tendo sua influência política compreendida, pode explicar como acontece a subordinação e eliminação do que chama de “matemática do dia a dia”.

Dentro dessa perspectiva, pode-se compreender a preocupação de Bicudo (1993) com o tratamento das interrogações que surgem no campo de pesquisa da Educação Matemática, bem como o tratamento dado a elas pelos pesquisadores da área. A tentativa de explicar os fenômenos matemáticos pode ser ofuscada por interpretações rasas e sufocadas pela “matemática dominante”, já evidenciada por D' Ambrósio, o que pode impedir o pesquisador de lançar um olhar amplo de investigação e de enxergar o contexto social, cultural e político, onde o fenômeno está inserido e de onde recebe enorme influência.

Bicudo (2012), quando trata da pesquisa em Educação Matemática e dos discursos que criticam o cartesianismo e o positivismo, ressalta a impossibilidade de se ter um único ponto de vista em relação ao objeto estudado ou ainda a questão dos discursos que pregam a inseparabilidade entre sujeito e objeto. Dessa forma, é nítido o destaque ao contexto histórico, político e social do que se pretende explorar na pesquisa em matemática.

Diante deste contexto, pode-se compreender as influências da expansão do campo da pesquisa qualitativa na Educação Matemática, uma vez que a busca pelo entendimento dos processos que envolvem a construção do conhecimento matemático requer um outro posicionamento frente ao objeto/fenômeno investigado. Em Bicudo (2012), fica visível este entrelaçamento, quando apresenta argumentos que retratam a prevalência da abordagem qualitativa na área.

A diversidade de possibilidades, proporcionadas pelas ciências sociais, por meio da abordagem qualitativa, como o Estudo de Caso e a Observação, evidenciados anteriormente, tem oferecido um grande suporte às pesquisas em Educação Matemática, fazendo com que diversos outros campos ganhem amplitude, como a Etnomatemática e a Modelagem Matemática, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da pesquisa em educação e em Educação Matemática fornece elementos norteadores importantes para os diversos pesquisadores que adentram pela área ou que se dispõem a investigar os elementos que permeiam os processos de ensino e aprendizagem em matemática.

Apesar de considerada uma área nova, conforme ressaltado por Fiorentini e Lorenzato (2006), a Educação Matemática mostra seu amplo alcance quando trata das questões mais complexas e que envolvem o objeto de investigação que se pretende estudar, trazendo outra perspectiva para o campo da investigação em matemática e revelando a diversidade de fatores que influenciam os sujeitos e suas relações em contexto escolar, por exemplo.

Compreender os processos matemáticos, que englobam as dinâmicas de ensino e aprendizagem, tem se mostrado o grande impulsionador de diversas pesquisas e ganhado destaque no meio acadêmico, em função da necessidade de melhoria desses processos. No entanto, essa compreensão requer uma postura diferenciada por parte do pesquisador, que atinge a própria concepção do que seja a realização adequada de uma pesquisa em educação.

O confronto pessoal pelo qual o pesquisador passa, constantemente vai além das limitações físicas ou da escolha adequada dos métodos de investigação, pois recai também nas questões que influenciam o próprio objeto e o contexto de fenômenos que o permeiam.

Dentro do âmbito das investigações em matemática, é possível verificar a tendência ao positivismo e a quantificação clássica, que priorizam a obtenção dos dados. Neste sentido, observa-se a grande resistência empregada pela herança determinista das ciências naturais na área.

A Educação Matemática surge, como já definida por Carvalho (1991), Bicudo (1993) e D'Ambrósio (1996), como a busca pelo “compreender e fazer matemático”, que englobam os elementos sociais e culturais que os impactam. Essa noção dos elementos de investigação em matemática, que não caminham separadamente, e onde sujeito e objeto não são estudados isoladamente, podem fornecer uma visão mais ampla sobre os fenômenos.

REFERÊNCIAS


- Alves-Mazzoti, A. J. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 36(129), 637-651.
- Bicudo, M. A. V. (2012). A pesquisa em educação matemática: a prevalência da abordagem qualitativa. In: *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, 5, 15-26.
- Bicudo, M. A. V. (1993). Pesquisa em Educação Matemática. *Pro-posições*, 4(1-10), 18-23.
- Bogdan, R. C., & Biklen, K. S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação*. Portugal: Porto Editora.
- Carvalho J. B. P. de. (1991). O que é Educação Matemática? In: *Temas e Debates*, n. 3, p. 17-26, São Paulo.
- D'Ambrosio, U. (1996). *Educação Matemática: da teoria à prática*. Campinas: Papirus.
- Fiorentini, D., & Lorenzato, S. (2006). *Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos*. Campinas: Autores Associados.
- Gatti, B. A. (2004). Estudos quantitativos em educação. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, 30(1), 11-30.
- Gatti, B. A. (2001). Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, 113, 65-81.
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Martins, R. X., & Ramos, R. (2013). Metodologia de pesquisa: guia de estudos. Lavras: UFLA, p. 8-21.
- Stake, R. E. (2000). Case studies. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (Ed.). *Handbook of qualitative research*. 2ª Ed. Thousand Oaks (CA): Sage.


- Teixeira, N. F. (2015). Metodologias de Pesquisa em Educação: Possibilidades e adequações. *Caderno Pedagógico*, 12(2), 7-17.
- Triviños, A. N. S. (2006). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas
- Vianna, H. M. (2003). *Pesquisa em Educação: a observação*. Brasília: Plano Editora.
- Yin, R. K. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos* (2 ed.). Porto Alegre: Bookman.

A experimentação no ensino de biologia na reorientação conceitual e aprendizado significativo

Recebido em: 11/11/2023

Aceito em: 17/11/2023

 10.46420/9786585756181cap5

Gislayne de Araujo Bitencourt 

INTRODUÇÃO

A educação escolar vem passando por muitas transformações e o marco da situação da pandemia em 2020 deixou muitas rupturas no aprendizado dos estudantes. Ainda, não foi possível mensurar as consequências da transgressão escolar, mas, é possível relatar que a participação dos estudantes em atividades em sala de aula está cada dia mais difícil, fato esse que, dificulta cada vez mais a prática pedagógica. É notável a falta de conhecimento da maioria dos alunos sobre alguns conteúdos de maneira geral, principalmente aqueles que foram trabalhados durante o período de suspensão das aulas presenciais (Araújo & Freitas, 2019; Bitencourt & Trindade, 2020).

O ensino de biologia no ensino médio tem atividades experimentais, principalmente pela baixa carga horária de aulas semanais da disciplina, grande número de alunos por sala de aula, o que não é comportado dentro de um laboratório. E para dividir a turma em duas partes, implica em ter dois professores trabalhando simultaneamente. Diante dessas circunstâncias, as aulas práticas ocorrem de modo mais ilustrativo, limitadas à execução de procedimentos experimentais, sem abertura de espaço para reflexões, pois não existe uma problematização (Araújo & Freitas, 2019).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Educação Básica (2020), a justificativa para a ausência das aulas práticas está relacionada com a infraestrutura das escolas, baixa carga horária de aula, número grande de alunos por turma, ausência de um técnico de laboratório. Em contrapartida a essas limitações estruturais e de gestão, para alguns profissionais, os obstáculos estão relacionados a falta de formação. Fato esse, que parece ser um fantasma que paralisa algumas ações docentes (Bassoli, 2014).

Historicamente, os cursos de licenciatura foram formatados para atender grande número de vagas, com disciplinas e carga horária limitadas, com a predominância de aulas expositivas que demandam de apenas um docente e uma sala de aula. Tendo como objetivo central, a formação em massa. Fato esse, que resulta na fragilidade da formação de professores, sendo um grande gargalo de todo o processo (Bassoli, 2014; Moura, Rosa & Massena, 2021).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a compreensão dos processos básicos biológicos ajuda no conhecimento do “mundo vivo” e a ligação do ser humano com os outros organismos, de acordo com o meio em que faz parte. A aula prática desvincula dos quesitos expostos

pela corrente tradicional que durante décadas colocava o aluno em uma posição de receptor de informações, sendo um agente passivo no processo de ensino e aprendizagem e o professor o detentor do conhecimento (Araujo & Freitas, 2019).

A prática laboratorial não substitui a teoria trabalhada em sala de aula, mas propicia condições necessárias para que o aluno possa planejar, agir e entender como acontece os processos que estão à sua volta. A experimentação atua como premissa básica para a investigação pesquisada. São diversas as modalidades de atividades práticas e os tipos de interatividade, segundo Bassoli (2014) são: demonstrações práticas; experimentos ilustrativos; experimentos descritivos; experimentos investigativos.

Os experimentos ilustrativos são constituídos por demonstrações práticas, normalmente realizadas pelo professor, no qual o aluno apenas assiste, sem intervir, possibilitando o contato com fenômenos já conhecidos. Esse tipo de experimentação é utilizado na demonstração de experimentos que apresentem algum risco para os alunos ou quando têm a escassez de materiais para sua execução. Nesse contexto, a interação entre os alunos e os fenômenos é baixa, não correndo interação física direta. Contudo, nesse tipo de prática pode ocorrer interatividade emocional, principalmente quando utilizados recursos atrativos. É importante esclarecer que em nenhum dos tipos de interação é garantida a interatividade intelectual. Cabe ao docente problematizar as demonstrações práticas para que ocorra o engajamento intelectual dos estudantes com os objetos e fenômenos apresentados. Do mesmo modo, é importante a interação social, por isso o professor pode montar grupos e discutir questões sobre os objetos de estudo promovendo discussões e integração (Cachapuz et al., 2005; Fonseca & Soares, 2016).

Os experimentos descritivos são atividades em que o aluno realiza seguindo um roteiro previamente preparado pelo professor, não sendo obrigatoriamente dirigida pelo professor. Essa metodologia estimula o contato direto do aluno com fenômenos, comuns ou não do seu cotidiano. Esse tipo de atividade pode se basear no descobrimento de fenômenos observados e estimular suas próprias conclusões (Cachapuz et al., 2005; Fonseca & Soares, 2016).

As atividades práticas chamadas de investigativas são aqueles que exigem a participação do aluno, envolve a discussão de ideias, elaboração de hipóteses explicativas e experimentos para testá-las. Esse tipo de experimentação estimula o desenvolvimento intelectual, físico e social, está relacionada com a formação de conceitos, por meio da problematização (Bassoli, 2014).

Nesse contexto, quando se fala sobre a importância de uma aula experimental é desenvolver no aluno o pensamento científico, colocar em prática o método científico. Para tanto, utiliza-se a teoria para prever ou explicar um determinado fenômeno. É preciso fazer construções abstratas da realidade, fazendo com que os alunos se perguntem a respeito dos fatos.

Tendo em vista o processo de experimentação no ensino de Biologia, a prática laboratorial surge com o objetivo de demonstrar como funcionam determinados processos biológicos que permeiam a área das Ciências Naturais. O objetivo com este trabalho foi desenvolver uma proposta de aula prática de

caráter investigativo na reorientação conceitual, visando avaliar o processo de ensino aprendizagem do estudante.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho consistiu em um relato de experiência, no qual foi elaborado um diário de campo baseado em observações e experiências vivenciadas por uma professora da disciplina de biologia durante o ano letivo de 2022. Participaram deste estudo, 33 alunos do terceiro ano do ensino médio do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus de Tupã do curso técnico em eletrônica e, 39 alunos do curso de eletrotécnica.

O curso técnico em eletrônica e eletrotécnica tem duração de três anos em período integral. No entanto, os alunos ingressaram suas atividades presenciais e duas semanas depois, as aulas foram suspensas em virtude da pandemia do Coronavírus, que instituiu um ensino remoto emergencial após quatro meses de suspensão das aulas presenciais. O ensino remoto permaneceu até o fim do ano letivo de 2021. No ano de 2022, as aulas retornaram de maneira presencial, e dessa maneira, veio o desafio, como retomar alguns conceitos em biologia após dois anos de aulas remotas?

Foram conduzidas quatro aulas teóricas sobre célula, com a turma inteira em sala de aula, sendo divididas em dois dias, foram trabalhados os seguintes conteúdos: O que é célula, sua importância, tipos de células e suas organelas. Nesses dois dias, após a explanação teórica do conteúdo foi solicitada as atividades de elaboração de quadro comparativo das estruturas das células e desenhos das células.

As aulas práticas foram realizadas no Laboratório de Ciências do IFSP – Campus de Tupã, no qual é constituído por dez microscópios ópticos. Os alunos fizeram as práticas em duplas. Foram feitas duas aulas práticas sobre célula, em dois dias diferentes, a turma foi dividida em duas, o professor da disciplina de química ficou com metade da turma ministrando aula da sua disciplina. E dessa maneira, foram feitas as trocas das turmas, respeitando o tempo da aula prática de 50 minutos.

A primeira prática foi realizada utilizando dois materiais, a folha da planta aquática *Elodea (Elodea canadensis)* objetivando apresentar aos alunos a célula eucariótica vegetal. E a raspagem da bochecha para observar a célula eucariótica animal. As práticas foram realizadas de acordo com Brancalhão & Soares (2004).

A segunda prática consistiu em um estudo de caso, de caráter investigativo, no qual foram entregues quatro amostras para cada dupla. O objetivo da dupla era identificar qual das amostras continham células e identificar o tipo de célula, se era uma célula eucariótica animal ou vegetal e dessa maneira, estimular o aprendizado por meio da resolução de problemas.

Os registros foram realizados com o uso da câmera do celular, um diário de campo e documentos coletados sobre as atividades, planejamentos de ensino, provas, testes, atas de reuniões e fichas de avaliação. Este material foi importante para identificar os fatores envolvidos na dinâmica da sala de aula, principalmente no relacionamento entre os alunos e a aprendizagem significativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oferta de aulas práticas no ensino de biologia vem atraindo a atenção de muitos docentes por proporcionar a capacidade de associar a teoria e prática, via metodologias simples e fáceis, que podem ser inseridos em sala de aula. É preciso incorporar nos estudantes a curiosidade de perguntas como: De onde vieram as teorias que nos conhecemos hoje? Como essas teorias foram criadas? Essas teorias foram criadas a partir da observação de fatos ou fenômenos na natureza e principalmente a partir da resolução de alguns problemas. A partir de problemas, ou seja, situações que geravam incógnitas sobre um fato, alguém desenvolveu alguma prática experimental, na qual formulou hipóteses para serem testadas e responder essas dúvidas, que poderiam chegar a conclusões que foram grandes marcos na ciência (Moura, Rosa & Massena, 2021).

Nesse contexto, após a aplicação das aulas teóricas os alunos foram direcionados para as aulas práticas em laboratório para aplicarem os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Na primeira aula prática, foram apresentados dois materiais, a folha da planta aquática Elodea (*Elodea canadenses*) objetivando apresentar aos alunos a célula eucariótica vegetal. E a célula da bochecha humana, representando a célula eucariótica animal (Figura 1).

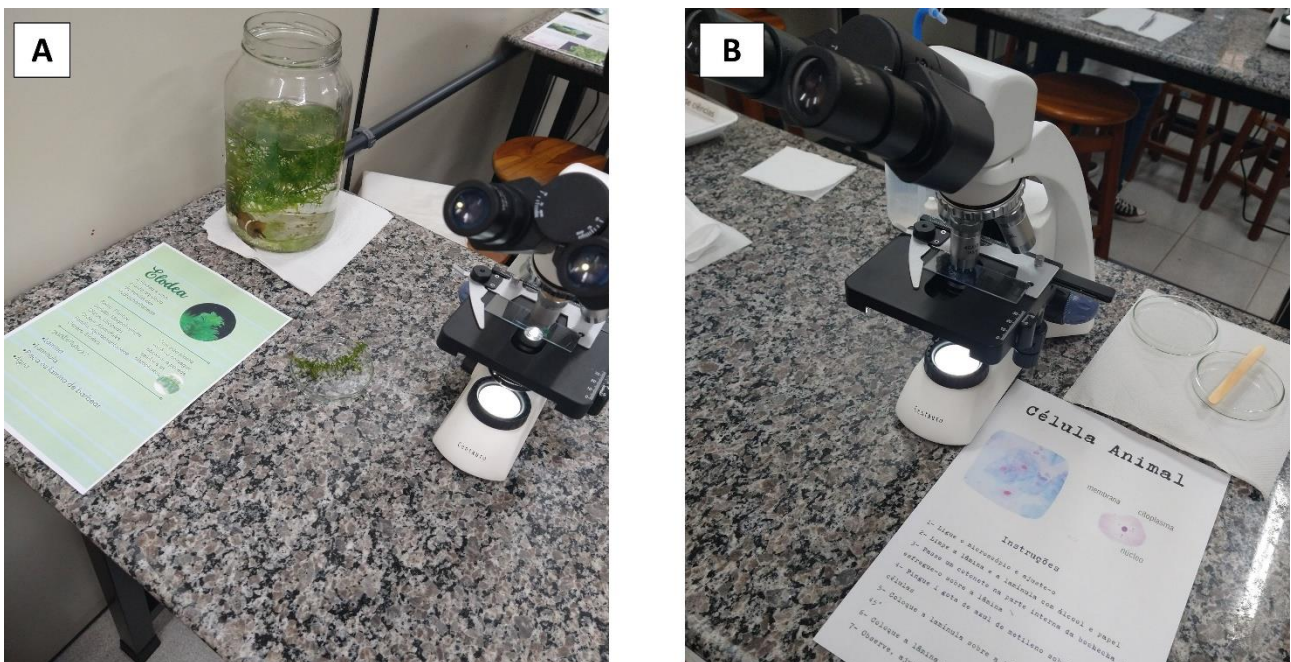


Figura 1. Materiais utilizados na aula prática sobre célula vegetal e animal. A. Planta aquática Elodea; B. Célula da bochecha humana.

Os alunos executaram a prática seguindo o roteiro para a coleta do material, preparo da lâmina e observação no microscópio conforme as orientações da professora e roteiro de Brancalhão & Soares (2004). As observações foram feitas nas objetivas de 5X, 10X, 40X, proporcionando um aumento máximo de até 400x. Os alunos fizeram as suas observações por meio de desenhos (Figura 2).

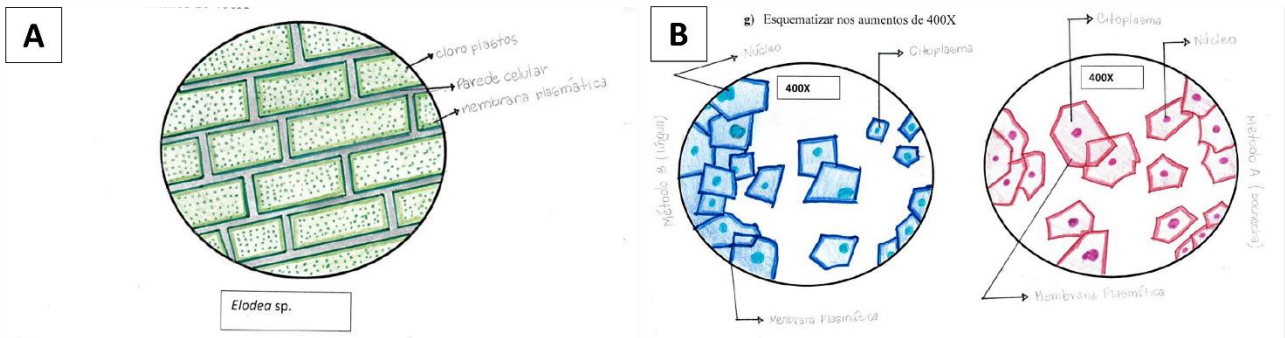


Figura 2. Desenho dos materiais observados na aula prática sobre célula vegetal e animal utilizando a objetiva de 40X (Aumento total de 400X). A. Planta aquática Elodea; B. Célula da bochecha humana.

Na segunda prática, foram entregues aos estudantes, ou seja, para cada dupla, quatro amostras desconhecidas. A atividade consistiu em um estudo de caso, de caráter investigativo, no qual a professora simulou uma situação hipotética de perda das etiquetas de identificação das amostras e pediu para os alunos identificarem em qual das amostras continham células e, identificar o tipo de célula, se era uma célula eucariótica animal ou vegetal. Os alunos seguiram o protocolo de preparo das lâminas (Brancalhão & Soares, 2004) e fizeram as observações nas objetivas de 5X, 10X, 40X, proporcionando um aumento máximo de até 400X.

Foi solicitado aos estudantes que tirassem fotos dos materiais e elaborassem a descrição das estruturas observadas nos materiais para a identificação (Figura 3).

Os estudantes experienciaram uma prática no qual foi solicitada uma resolução de um problema. E com base em todos os conhecimentos adquiridos sobre tem, puderem identificar e concluir que os materiais B e C eram constituídos por células. Além disso, identificaram que o material B se tratava de uma célula eucarionte vegetal e o material C uma célula eucarionte animal.

O feedback observado por meio da participação dos estudantes e nas notas obtidas nas avaliações, confirmou que as aulas práticas são importantes na articulação entre o fenômeno que ele está observando e a teoria. O que normalmente é feito em uma aula teórica, o conteúdo é apresentado de maneira expositiva e dialogada, sempre antes da aula experimental, ou seja, o conceito macroscópico é apresentado primeiro e depois é realizada a prática expositiva, sem explicação da aplicação cotidiana. A ciência é construída de maneira contrária, ou seja, a partir de observações macroscópicas, vamos afunilando para explicações microscópicas. Por esse motivo, é necessário desenvolver esse pensamento investigativo no aluno, no qual o professor cria situações estimulando a resolução de problemas, e não com caráter comprobatório (Moura, Rosa & Massena, 2021).

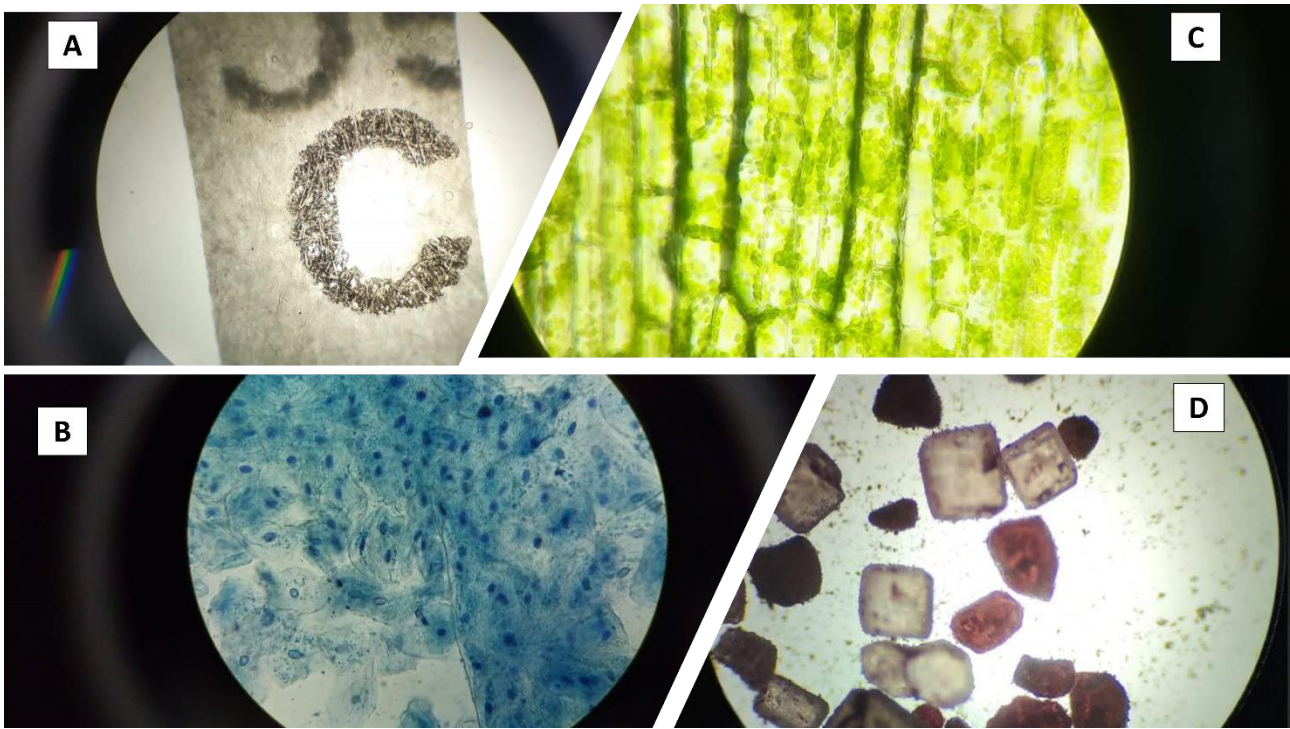


Figura 3. Fotografia dos materiais recebidos para a prática de identificação utilizando a objetiva de 40X (Aumento total de 400X). A. Imagem com uma letra em papel tipo jornal; B. Célula da bochecha humana; C. Planta aquática Elodea; D. Cristais de açúcar coloridos.

Mas o que vêm a ser experimentos de caráter comprobatório? São práticas demonstrativas baseadas em fenômenos em um ambiente de laboratório, no qual o aluno identifica um fato. Nesse tipo de prática, não necessariamente eu estou criando um pensamento investigativo no aluno. Esse é ponto chave para a construção de atividades que realmente promovam o aprendizado significativo. Não é o recurso utilizado, mas sim, a maneira de condução da atividade. Desse modo, o docente não está trabalhando a resolução de problemas (Cachapuz et al., 2005).

O que é uma atividade caráter investigativo? Como desenvolver isso nos alunos? Se eu entregar para o aluno um roteiro de uma prática, com o passo a passo de como executar a atividade, eu estou desenvolvendo uma atividade de caráter comprobatório, ou seja, uma reprodução de um roteiro, no qual ele está comprovando um fenômeno, eu não estimularei o aluno a pensar. Eu preciso fazer o aluno fazer e pensar, ele precisa compreender o que está acontecendo. Nesse sentido, trabalhar o conteúdo de maneira teórica e não a experimentação. E não é esse o objetivo da experimentação no ensino. É importante estimular o pensar, que entendam, que saibam fazer (Cachapuz et al., 2005).

Quando o professor apresenta um problema, estimula o aluno a pensar, trazer uma resolução. Ou seja, é possível fazer o mesmo experimento e ensinar a observação por meio das características que cada material apresenta, ao invés de dizer qual é o material. Por isso, o modo como o professor apresenta a situação, implicará no aprendizado do aluno. É importante o estímulo do fazer, do pensar e resolver os problemas, ao invés de apenas comprová-lo.

CONCLUSÃO

Como o professor conduz sua aula está intimamente relacionado ao aprendizado do estudante. Por isso, a reflexão sobre a complexidade do processo educacional e a reorientação conceitual por meio da experimentação utilizando a resolução dos problemas, é uma alternativa que estimula os estudantes a buscarem o conhecimento de uma maneira que transcende a pedagogia tradicional. É importante inserir atividades práticas que são aplicáveis aos contextos reais do aluno. Cada professor pode fazer uma grande revolução na sua sala de aula com o seu fazer pedagógico, construindo pessoas críticas para enfrentar situações cotidianas.


REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


- Araujo, M. dos S. & Freitas, W.L. dos S. (2019). A experimentação no ensino de biologia: uma correlação entre teoria e prática para alunos do ensino médio em Floriano/PI. *REnBio – Revista de Ensino de Biologia*, 12, 1, 22-35.
- Bassoli, F. (2014). Atividades práticas e o ensino-aprendizagem de ciências: mitos, tendências e distorções. *Ciência & Educação*, 20, 3, 579-593.
- Bitencourt, G.A. & Trindade, R.F.S. (2020). O ensino em tempos de pandemia: Sou professor, e agora?. In: Monteiro, S.A. de S. (Org.). *Educação a distância na era COVID-19: possibilidades, limitações, desafios e perspectivas*. 1ed. Ponta Grossa - PR: Atena Editora, 1, 128-138.
- Brancahã, R.M.C, & Soares, M.A.M. (2004). *Microtécnica em biologia celular*. Cascavel: Edunioeste, 125p.
- Cachapuz, A., Gil-Perez, D., Carvalho, A.M.P. de., Praia, J., & Vilches, A. (2005). *A necessária renovação do ensino das ciências*. Cortez Editora, São Paulo: 263p.
- Fonseca, W., & Soares, J.A. (2016). A experimentação no ensino de ciências: relação teoria e prática. In: *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva no professor PDE*. Cadernos PDE.
- Moura, J.H.C.de., Rosa, M.I.P., & Massena, E.P. (2021) Práticas interdisciplinares na formação inicial de professores de ciências da natureza: contextos distintos, indagações similares. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, Belo Horizonte, 23, e22587.

Escolarização e inclusão de aluna com deficiência intelectual em turma regular após ensino remoto

Recebido em: 15/06/2023

Aceito em: 21/06/2023

 10.46420/9786585756181cap6

Gislayne de Araujo Bitencourt 

INTRODUÇÃO

Compreendendo a diversidade natural existente no ser vivo, na espécie humana não é diferente. A educação especial e inclusiva vem com a responsabilidade de englobar métodos e reflexões que possam garantir o direito à educação regular para todos. O movimento do ensino inclusivo vem em conjunto com a alteração dos valores da educação tradicional, necessitando de novas políticas públicas e a reformulação no currículo e metodologia de ensino (Santos & Martins, 2015; Braun & Marim, 2016).

A implantação de uma escola inclusiva, muitas vezes, tem se resumido em ofertar vagas para o aluno com alguma necessidade educacional especial em uma classe comum, o que acaba se tornando uma deformação do conceito de inclusão educacional, pois possibilita o acesso, mas não o aprendizado, que muitas vezes, dificulta o aluno dar continuidade a sua educação escolar básica, desistindo da escola, o que se torna um grande problema para a execução da tão aspirada educação para todos (Santana & Sofiato, 2019).

A escola com perspectiva inclusiva precisa estar ciente das dificuldades e limitações de seus estudantes, para tanto, precisa estar apta para acolher todos os alunos, independente das particularidades, mesmo que seja necessária fazer adaptações estruturais e didáticas (Santana & Sofiato, 2019; Santos & Martins, 2015). O sucesso da inclusão depende da atualização das condições escolares, principalmente, no que diz respeito ao aperfeiçoamento dos professores. Pois, o mesmo deve ser qualificado para responder as necessidades específicas de seus estudantes, adaptando a metodologia de ensino ao ritmo de aprendizagem do alunado, proporcionando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com a comunidade escolar e local (Braun & Marim, 2016).

No que se refere à formação do professor, de acordo com a legislação, presume dois tipos de professores: os “capacitados” (atuam na sala de sala de aula comum com estudantes com necessidades educacionais especiais) e os “especializados” (atuam no atendimento direto com o estudante com deficiência e na articulação das ações de inclusão no ambiente escolar) (Brasil, 2001).

A Política Nacional de Educação Especial no Brasil, no contexto da Educação Inclusiva, tem por proposição a educação de todos os alunos juntos, propiciando um convívio em sociedade a partir da

escola, de maneira que nenhum indivíduo fique de fora da escola, garantindo dessa maneira o ensino regular aos alunos com deficiências diversificadas: intelectual, física, surdos, cegos, com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até a educação superior (Braun & Nunes, 2015; Silva Neto et al., 2018).

Nas duas últimas décadas, as pessoas com deficiências de desenvolvimento viviam em ambientes segregados e abrigados, com pouco ou nenhum investimento educacional, considerados ineducáveis, segundo uma concepção biológica que enfocava déficits e habilidades ignoradas. O século XXI se inicia com o fortalecimento de um movimento contrário à lógica estabelecida, que enfocou apenas o indivíduo como causa de desajuste e reivindica mudanças bidirecionais, sujeito e sociedade, em busca de melhores condições e oportunidades para todos (Carneiro & Costa, 2017).

Com base nisso, a compreensão da deficiência intelectual mudou. Ela não é mais vista como uma deficiência completa, pode ser compreendida por meio das diferenças individuais e das possibilidades de desenvolvimento de acordo com suas especificidades e oportunidades. Assim, a abordagem teórica, os recursos e estratégias utilizados e as práticas pedagógicas podem fazer a diferença entre manter uma visão deficiente da pessoa com deficiência intelectual e vê-la como sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem, como capaz e sair de uma posição de ignorância para ganhar conhecimento (Braun & Nunes, 2015; Carneiro & Costa, 2017).

Baseado nas observações de Fettback e Baldini (2014), “diferentes contextos históricos, mudanças em diferentes âmbitos da vida social e novas formas de comportamento possibilitaram uma nova compreensão das pessoas com deficiência”. A inserção de alunos com diferentes deficiências em uma sala de aula inclusiva, é favorecer o aprendizado, não apenas do aluno com necessidades específicas, assim como aos demais, pois é cedido o ensejo do aprendizado, compreensão, respeito e convivência com as diferenças, ou seja, todos aprendem de alguma maneira (Braun & Nunes, 2015; Silva Neto et al., 2018).

Entretanto, traz consigo a responsabilidade ao professor em estar preparado para situações adversas e, principalmente estar preparado para utilizar metodologias diferenciadas para o ensino aprendizagem dos seus alunos (Braun & Marim, 2016). Diante desse cenário, a importância da formação do professor especialista. Uma maneira de se aperfeiçoar, pode ser através da participação em projetos de pesquisas na área. Pois, a experiência da pesquisa-ação proporciona a colaboração ativa nas resoluções de problemas. Desse modo, o docente consegue detectar as potencialidades de seus alunos e dessa maneira, repensar e reformular a prática pedagógica (Braun & Nunes, 2015).

O objetivo com este trabalho foi construir um guia com propostas que auxiliem o professor no processo de escolarização e inclusão de alunos com deficiência intelectual matriculados em turmas regulares. Para tanto, foi elaborado um Plano Educacional Individualizado (PEI) para ser desenvolvido com uma aluna com deficiência intelectual na sala de aula junto com os estudantes da turma regular do

terceiro ano do ensino médio integrado ao curso técnico em Eletrotécnica, visando avaliar o efeito no processo de ensino aprendizagem da estudante.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho consiste em um relato de experiência, no qual foi elaborado um diário de campo baseado em observações e experiências vivenciadas em sala de aula por uma professora da disciplina de biologia durante o ano letivo de 2022.

Participou desse estudo, uma aluna que ingressou no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus de Tupã, apresentando um laudo de deficiência intelectual, matriculada no 1º ano do curso técnico integrado ao ensino médio em eletrotécnica no ano de 2020. O curso técnico em eletrotécnica tem duração de três anos em período integral. No entanto, a aluna ingressou suas atividades presenciais e duas semanas depois, as aulas foram suspensas em virtude da pandemia do Coronavírus, que instituiu um ensino remoto emergencial após quatro meses de suspensão das aulas presenciais. O ensino remoto permaneceu até o fim do ano letivo de 2021.

No ano de 2022, as aulas retornaram de modo presencial, e dessa maneira, veio o desafio, como incluir uma aluna com deficiência intelectual em uma sala de aula com alunos regular cursando o terceiro ano do ensino médio após dois anos de aulas remotas?

A instituição em questão não possui um professor de atendimento educacional especializado (AEE) e não apresenta sala de recursos multifuncionais para atender o aluno com necessidades especiais. No entanto, a instituição apresenta um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), constituída por uma comissão de professores, sendo uma pedagoga e uma intérprete de libras. Baseado nisso, todas as atividades desenvolvidas com a aluna foram realizadas em sala de aula e laboratório de ciências em conjunto com os outros estudantes matriculados em sua classe com o professor responsável pela turma.

O acompanhamento da aluna foi baseado na elaboração de um plano educacional individualizado (PEI), considerando todo o planejamento das adaptações e metodologias para o atendimento das especificidades da estudante. A aplicação exigiu um olhar avaliativo em todas as fases, apresentando como apoio o registro reflexivo da professora sobre a avaliação em cada fase.

Com relação a elaboração do PEI, segundo Braun & Nunes (2015), o material deve conter alguns pontos importantes:

- informação essencial acerca do aluno, nomeadamente informação sobre o seu historial médico, social e educativo;
- o grau de participação no currículo geral;
- as áreas nas quais o aluno necessita de adaptações dos programas e/ou de alteração dos seus objetivos;
- quaisquer condições especiais requeridas para a sala de aulas;

- ajustamentos aos processos de avaliação;
- um plano individual contemplando a transição para a vida ativa;
- avaliação do PEI (critérios, instrumentos, calendário e revisão do mesmo).

O PEI da aluna em estudo foi elaborado de acordo com as seguintes etapas (Figura 1) seguindo o modelo proposto por Glat, Marin & Redig (2012) (Quadro 1).

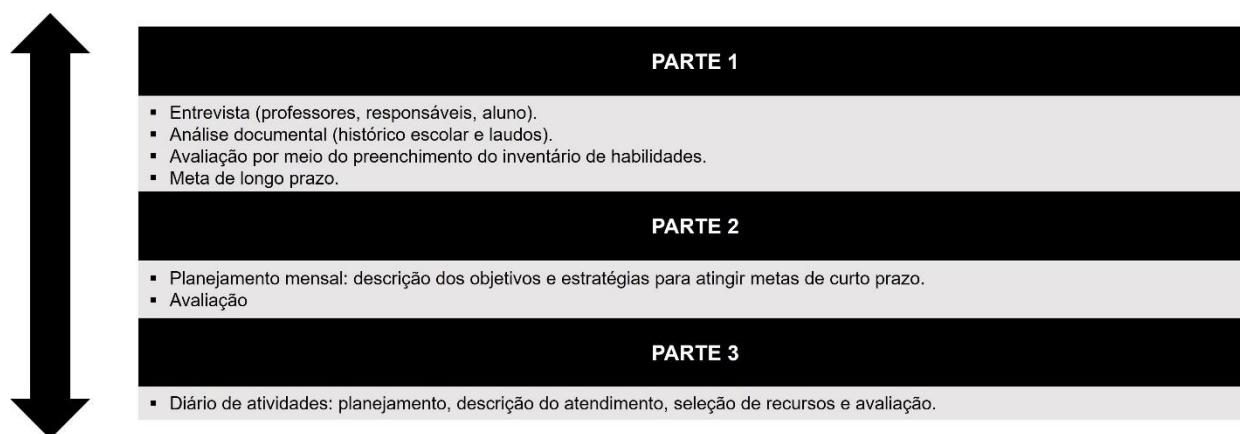


Figura 1. Etapas para a elaboração do plano educacional individualizado (PEI).

Quadro 1. Modelo de plano educacional individualizado (PEI) proposto por Glat, Marin & Redig (2012).

Capacidades e interesses	Necessidades	Metas e prazos	Recursos e estratégias	Profissionais envolvidos
O que sabe? Do que gosta?	O que precisa aprender ou ser ensinado?	E quanto tempo?	O que usar para aprender ou ensinar? Como?	Quem executa?

Os registros foram realizados com o uso da câmera do celular, um diário de campo e documentos coletados sobre as atividades, planejamentos de ensino, provas, testes, atas de reuniões e fichas de avaliação. Este material foi importante para identificar os fatores envolvidos na dinâmica da sala de aula, principalmente no relacionamento entre os alunos e a aluna com necessidades específicas e, professora/aluna.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a elaboração do PEI da aluna, a primeira fase, consistiu em uma reunião realizada com a mãe e demais integrantes NAPNE do IFSP – Tupã conforme indagações da família e trajetória escolar da estudante.

Segundo Munster et al. (2014), um PEI é um documento que visa organizar o trabalho pedagógico de professores e especialistas em relação à aprendizagem de alunos com necessidades especiais. Para esses autores, o principal objetivo do PEI é promover o desenvolvimento de estratégias pedagógicas

“compatíveis com as necessidades individuais do aluno”. Em suma, o plano leva em consideração as necessidades individuais dos sujeitos, que possuem metas diferenciadas de acordo com suas características especiais (Braun & Marim, 2016).

Em reunião com a mãe, obtivemos informações sobre o comportamento da aluna, que segundo a responsável não condiz com a idade cronológica dela, ou seja, seu comportamento é infantilizado. A aluna possui dificuldades de aprendizado, muitas vezes, ela não consegue acompanhar as aulas e tem dificuldades em se concentrar por muito tempo em uma atividade. Após isso, foi realizada uma anamnese da estudante, baseada em perguntas relacionadas ao que ela gosta de fazer no seu cotidiano. Com base na entrevista, foi possível listar as habilidades da aluna. No quadro abaixo (Quadro 2), estão listadas as habilidades (cognitivas, psicomotoras, interpessoais, comunicacionais) que caracterizam o “ponto de partida” para as sugestões de ações com a aluna em sala de aula (Braun & Nunes, 2015).

Quadro 2. Análise de habilidades (cognitivas, psicomotoras, interpessoais, comunicacionais) que caracterizam o “ponto de partida” da estudante.

Situação em que o estudante age	Ações do estudante	Consequências ou decorrências da ação do estudante
<ul style="list-style-type: none"> -Atenção individualizada; - Ambiente silencioso; - Atividades interativas com imagens e/ou vídeos; 	<ul style="list-style-type: none"> -A aluna requer atenção, se o professor explicar a atividade com clareza e pausadamente, a aluna tende a compreender. - Ambiente silencioso e individualizado produz melhores efeitos na concentração. - Atividades interativas despertam interesse na estudante. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior concentração nas atividades, proporcionam resultados de compreensão das atividades; - Melhor rendimento no aprendizado geram satisfação na estudante. - Observação de maior interesse e concentração em atividades interativas como jogos, vídeos, música, figuras, desenhos e trabalhos artísticos.

É importante ressaltar que o trabalho realizado com as adaptações feitas de maneira específica para a estudante foi assertivo com relação ao modo de como a aluna do estudo aprendia. A utilização do PEI possibilitou o conhecimento de alguns aspectos da dinâmica da rotina da aluna tanto na escola, quanto em casa, com seus familiares, a partir dos dados da entrevista realizada. O estímulo de reuniões com a aluna proporcionou diálogos relacionados ao seu dia a dia e foi favorecido em virtude do conhecimento prévio, como falar dos professores de turma, dos irmãos e irmãs da aluna, dos passeios com a família, dentre outros (Braun & Marim, 2016; Glat, Marin & Redig, 2012).

A partir da relação das habilidades, foi listada as adaptações necessárias na atividade escolar da estudante. Com relação, ao primeiro item, adequações organizativas, foi solicitado pelo NAPNE a

organização dos recursos didáticos e didática da aula para a melhor compreensão da estudante. Outro ponto muito importante, segundo item, adequação do objetivo de aula. Ou seja, priorizar um objetivo para que a estudante consiga desenvolver habilidades básicas de atenção, participação e adaptabilidade.

O terceiro item, constitui na adequação dos conteúdos. Foram reformuladas a sequência dos conteúdos (pormenorizando processos gradativos de menor à maior complexidade de tarefas, sequenciação de passos, ordenação das aprendizagens. Além disso, a eliminação de conteúdos menos relevantes, secundários, para dar enfoque mais intensivo e prolongado a conteúdos mais básicos e essenciais no currículo. O quarto ponto, é sobre as adequações metodológicas. Nesse aspecto, é importante alterar o nível de complexidade das atividades (abstrações) com a estudante.

O quinto item, diz respeito, as adequações avaliativas. Nesse sentido, as adaptações e/ou modificação de técnicas, instrumentos, procedimentos e introdução de critérios específicos de avaliação para a aluna em questão. Os critérios de avaliação da estudante são flexibilizados, priorizando a compreensão e concentração com atividades adaptadas e critérios de avaliação diferenciado dos demais estudantes.

Quadro 3. Adequações e adaptações sugeridas no PEI da estudante com relação ao espaço físico e condições ambientais, recursos materiais/didáticos, metodologia e procedimentos didáticos.

	ADEQUAÇÕES / ADAPTAÇÕES	
	Em sala de aula	No contexto escolar
Espaço Físico e Condições Ambientais	- A aluna deve sentar-se na primeira carteira próximo a mesa do professor.	- A aula requer atenção individualizada, a professora conversa individualmente com ela.
Recursos materiais/didáticos	- O conteúdo passado na lousa ou projetador não é exigido no caderno da aluna.	- O conteúdo passado na lousa ou projetado foi entregue a aluna de forma impressa para colar no caderno.
Metodologia e procedimentos didáticos	- A professora sempre direciona perguntas para a estudante durante a aula e pergunta se estão compreendendo o conteúdo, para estimular a participar da mesma.	- Uso de imagens nas atividades escritas, plataformas virtuais com jogos relacionados ao conteúdo da disciplina.

Com relação ao sexto item, adequações à temporalidade, é necessário o aumento do tempo previsto para o trato de determinados objetivos/conteúdos. O tempo de entrega das atividades avaliativas da estudante é maior com relação aos demais estudantes. Por exemplo, se uma atividade tem o prazo de uma semana para entrega, para a aluna é dobrado o prazo. Por fim, a aluna requer atenção, por esse

motivo é demandado mais tempo de atendimento individualizado, que nesse caso, é realizado pelo próprio professor da disciplina.

Quando a aluna ingressou, o NAPNE sentiu a necessidade de ter uma conversa com a turma, explicando a existência do núcleo, sua função dentro do campus e que a sala tinha uma aluna com deficiência intelectual. Esta atitude foi necessária para evitar possíveis constrangimentos e ou situações de bullying para com a aluna. Pedimos também a cooperação da turma com auxílio e apoio para a discente quando preciso. Abaixo, estão relatadas as adequações e adaptações sugeridas no PEI da estudante com relação ao espaço físico, recursos didáticos, metodologia e procedimentos didáticos (Quadro 3).

O planejamento do PEI com atividades adaptadas e personalizadas para a aluna foram muito importantes do despenho da estudante, pois permitiu uma ação mediadora e muitos avanços na relação da professora com a aluna e em seu aprendizado. A partir das mudanças realizadas no cotidiano com o PEI, foi possível atingir os objetivos propostos. O programa pedagógico da aluna para o ano letivo em questão, que no caso, estava cursando o terceiro ano do ensino médio, foi programado da seguinte maneira (Quadro 4).

Quadro 4. Programa pedagógico da disciplina de biologia.

Objetivos priorizados no semestre
<p>- Objetivos da disciplina: A disciplina aborda a maneira como a natureza se comporta e a vida se processa em toda sua diversidade. A professora prioriza os conteúdos principais da disciplina objetivando o reconhecimento dos diferentes reinos dos seres vivos, enfatizando o reconhecimento de pelo menos um representante de cada grupo por meio de imagens e características básicas.</p> <p>- Objetivos específicos (intermediários/pequenos passos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer os organismos na natureza; - Compreender as diferenças entre os seres vivos e seu papel no ciclo da vida; - Aprender sobre a cadeia alimentar e as relações entre os seres vivos.
Conteúdos priorizados no semestre / Saberes a serem construídos
<ul style="list-style-type: none"> - Célula - Organelas celulares - Divisão celular: Mitose e Meiose - Cariótipo - Genética (genes e alelos) - Genótipo e Fenótipo - Primeira e segunda lei de Mendel
Metodologia
<ul style="list-style-type: none"> - Redução de informações no slides priorizando imagens, esquemas e vídeos; - A linguagem utilizada pelo professor é a mais simples possível para facilitar a compreensão da aluna; <p>As atividades adaptadas para a estudante são reduzidas com relação ao número de questões, apresentam vídeos, animações e-ou figuras e são priorizadas alternativas de múltipla escolha ou dissertativa com respostas curtas.</p>
Avaliação
<p>Os critérios de avaliação da estudante são diferenciados, priorizando um objetivo principal a ser alcançado na atividade, além disso a quantidade de atividades é menor comparado aos demais</p>

estudantes. É importante ressaltar que tudo isso é feito de maneira restrita, a estudante não é informada dessas adaptações para não se sentir excluída dos demais alunos.

Sugestões, encaminhamentos e observações gerais

A aluna requer maior atenção para a compreensão do conteúdo e o mesmo deve ser ministrado de maneira fragmentada reduzindo o número de informações por aula. Além disso, suas atividades quase sempre precisam ser adaptadas para maior compreensão e desenvolvimento.

Na educação inclusiva por meio do PEI, um aspecto a ser enfatizado é a expectativa da capacitância de aprendizagem da aluna. A comunicação oral e os comportamentos em sala de aula da aluna não atendiam às expectativas de um indivíduo com a mesma idade e sem deficiência, o que passou a afetar a interação no novo ambiente escolar com seus colegas de turma. Após implementado o PEI, houveram adaptações didáticas nas atividades e avaliações da estudante e sua inclusão em trabalhos em grupos. A proposta do PEI, favoreceu seu aprendizado e ampliou suas relações sociais em sala de aula e escola de modo geral, impactando diretamente no seu desenvolvimento acadêmico e social.

Destaca-se o caráter socialmente relevante da incorporação do PEI pela escola. No início do ano letivo de 2022, com o objetivo de proporcionar maior autonomia ao desenvolvimento do trabalho do professor, o IFSP passou a ser utilizado por todos os professores em todas as disciplinas. Desta forma, esta ação permitiu ao serviço de apoio, proporcionar a aluna em experiências educacionais diferenciadas, independentemente da sala de recursos multifuncionais ou de um professor de AEE, com o objetivo de ir ao encontro das suas especificidades para possibilitar sua escolarização.

CONCLUSÃO

A aplicação do PEI possibilitou acompanhar os processos em relação ao modo de ensinar da professora e, também do desenvolvimento acadêmico da aluna. A premissa é pensar como a aprendizagem de um aluno com deficiência intelectual é organizada, de forma que ele possa se desafiar a desenvolver e ampliar seus conceitos, utilizar novos termos ao falar de objetos e eventos, definir e internalizar seus significados para seu desenvolvimento.

No atual paradigma de inclusão escolar, o ensino necessita ser apoiado por atividades práticas de formação que possibilitem a interação e o diálogo sobre as práticas pedagógicas atuais dos professores. Para tanto, parcerias com universidades e outras instituições são importantes, pensando em atividades de formação e prestação de serviços dentro da unidade escolar, com o objetivo de compartilhar experiências reais que são compatíveis com as necessidades formativas do corpo docente na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. Ministério da educação. (2001). Secretaria de educação especial. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília, DF: Mec/Seesp, 2001.
- Braun; P., & Nunes, L.R.O.P. de. (2015). A Formação de conceitos em alunos com deficiência intelectual: o caso de Ian. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 21, 1, 75-92.


- Braun, P., & Marim, M. (2016) Ensino Colaborativo: Uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado. *Revista Linhas Da UDESC*, 17, 35, 193-215.
- Carneiro, R.U.C., & Costa, M.C.B. (2017). Tecnologia e deficiência intelectual: Práticas pedagógicas para inclusão digital. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 21, 1, 706-719.
- Fettback, C. S., & Baldin, N. (2014). O contexto da educação especial na perspectiva da educação inclusiva: As vozes dos professores e dos familiares na rede municipal de ensino de Joinville (SC). *Revista On line política e gestão educacional*, 17, 167-186.
- Glat, R.V., Marin, M., & Redig, A.G. (2012). Plano educacional individualizado: Uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. *Ciências humanas e sociais em revista*, 34, 12, 79-100.
- Munster, M.A.V., Lieberman, L., Samalot-Rivera, A., & Houston-Wilson, C. (2014). Plano de ensino individualizado aplicado à educação física: validação de um inventário na versão em português. *Revista da Sobama*, 15, 1, 45-54.
- Oliveira, A.A.S. de. (2014). Educação Inclusiva, educação especial ou educação? entre o existente e o desejado. In: Omote, S.; Oliveira, A.A.S.De; Chacon, M. *Ciência e conhecimento em educação especial*. São Carlos: Marquezine & Manzini: Abpee.
- Santana, R. S., & Sofiato, C.G. (2019). Ensino de ciências para todos: Uma experiência com um estudante com deficiência intelectual. *Revista Educação*, 44, 1 -27.
- Santos, T.C.C. dos., & Martins, L. de A. R. (2015). Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em classe regular. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 21, 3, 395-408.

Dificuldades de leitura e interpretação de texto

Recebido em: 28/11/2023

Claudia Figueiredo Cesar

Aceito em: 05/12/2023

 10.46420/9786585756181cap7

INTRODUÇÃO

A leitura representa um poderoso instrumento de aprendizagem. No entanto, para que sua eficácia se concretize, é imperativo criar um plano que catalise a transformação, amplie a percepção e alcance os objetivos vislumbrados em diversas instituições educacionais. A influência da leitura na vida e no desenvolvimento humano é tão vasta que sua plenitude ainda não foi completamente explorada. Para uma boa decodificação e interpretação das informações mais diversas, é indispensável uma boa leitura. Segundo a observância de Barthes (1996), a leitura é componente obrigatório, porém não se vislumbra maior empenho na divulgação, e na inserção do cotidiano escolar. Embora os pontos positivos e aspectos que a leitura possa trazer às pessoas sejam mais detalhados no quadro teórico deste trabalho, penso que é fundamental destacar a importância da leitura nesta introdução. Os livros promovem a liberdade da criatividade e ajudam a melhorar e aumentar o vocabulário e a capacidade de expressão oral e escrita. Além disso, promovem uma prática benéfica nos níveis social e pessoal. É a porta principal que nos comunica com o mundo, ou seja, é um fim em si mesma. No entanto, deve-se também ter em mente que nem todos os alunos terão a mesma facilidade de acesso à leitura. Como observado acima, o ambiente familiar (se é ou não composto de leitores) influencia o gosto e o interesse do indivíduo pela leitura durante a infância.

A leitura representa um palco de significativo interesse, sendo um ponto de partida crucial para vislumbrar a transição da infância para os primeiros traços da adolescência. Com base nessas considerações, almeja-se que a abordagem da leitura delineada neste artigo possa servir como um caminho promissor para o desenvolvimento da aprendizagem.

A ABORDAGEM DA LEITURA E DA INTERPRETAÇÃO TEXTUAL.

A leitura é uma proposta que acompanha os seres humanos desde o início da vida no contexto amplo na busca pelo conhecimento, embora o acesso à leitura não tenha sido realmente difundido até recentemente. Essa atividade normalmente está relacionada à escrita e seu aprendizado está ligado a ela. Neste quadro o foco acontece nos diferentes fatores que compartilhasse ao elaborar um plano de leitura. Para isso, será abordado sobre elementos como: a leitura e sua importância no desenvolvimento

das pessoas; interdisciplinaridade como base deste trabalho; as contribuições teóricas em textos para a educação literária.

Por isso, o artigo traz como de cunho principal a educação, ao mostrar dados relevantes que promove uma reorganização e uma reestruturação das ações pedagógicas das escolas quanto aos discentes com deficiências interpretativas e textuais.

Diante deste conceito, a leitura busca através da interpretação, levar o leitor a um mundo de imaginação e criação, entre a fantasia e a realidade, produzindo de certa forma um estímulo sensorial onde as atividades propostas pelo cérebro estimulam a criatividade do leitor, remetendo ao simples ato de pensar.

A INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

A interpretação textual visa o desvendar e absorver das palavras onde seus espectadores se transportam ao nível de aprendizagem da cultura e língua, obtendo maior possibilidades de autonomia e na resolução de problemas, trabalha globalmente todas as disciplinas através dos mais variados fatos rabiscados pelas linhas que permeiam a escrita de um livro.

É importante que a comunidade escolar, una-se a um objetivo comum: resgatar o interesse dos alunos pela leitura, a partir de atividades e exercícios que os estimulem. Há caminhos de se trabalhar isso, basta que os adultos responsáveis, direta ou indiretamente, interfiram na educação do aluno.

Pode se observar, que a interpretação para compreensão do texto depende também do conhecimento de mundo, o que leva à conclusão de que o aprendizado da leitura depende muito do conhecimento prévio, mas também de todas as vivências de mundo obtidas no percurso acadêmico.

Quando se fala em interpretação de texto, este engloba uma série de particularidades, tais como pontuação, elementos gramaticais, como conjunções, preposições, entre outros.

Para haver uma boa interpretação, o texto deverá dispor de todos os requisitos essenciais para tal. Como, coesão, coerência, paragrafação e, sobretudo, relações semânticas bem delimitadas, para que dessa maneira o leitor possa interagir plenamente com as ideias retratadas por esse texto.

A prática da leitura leva o aluno a identificar informações explícitas em um texto, que exigem maior capacidade para que possam ser inferidas, exige que o leitor ultrapasse o texto e reconheça o que não está textualmente registrado e sim subentendido ou pressuposto. É necessário identificar não apenas a ideia, mas também as entrelinhas, que exige do aluno um conhecimento de mundo.

Na leitura e interpretação deve-se também observar fatos apresentados da opinião formada acerca desses fatos em textos narrativos e argumentativos. Identificar essa diferença é importantíssimo para que o aluno possa tornar-se mais crítico, tornando – se capaz de distinguir o que é um fato, um acontecimento, da interpretação que lhe é dada pelo autor do texto.

O CONHECIMENTO PRÉVIO DO DISCENTE

Os conhecimentos prévios que o aluno traz de experiência de vida, e ainda um antecipado conhecimento do assunto de que se trata o texto abordado, faz-se também necessário, a seleção de estratégias que venham facilitar a compreensão de informações adequadas para o desenvolvimento do ser humano, onde o professor é de suma importância neste processo de aquisição de conhecimentos.

Sabe-se que quanto mais pertinentes e organizados forem os conhecimentos prévios do leitor, tanto os conhecimentos gerais como aqueles que se referem ao domínio do conteúdo concreto abordado pelo texto, melhor será o seu desempenho na leitura e interpretação, utilizando o processo de assimilação na aprendizagem.

O leitor precisa conhecer e o seu jeito de ler e construir sua postura para que a leitura se torne cada vez mais gratificante. Como se pode observar, a forma como se adquire o hábito da leitura tem grande influência na aprendizagem do aluno, pois para que a leitura seja cada vez mais prazerosa é preciso buscar maneiras eficientes que efetive a prática da leitura significativa. O exercício da releitura é fundamental na aprendizagem do educando.

A leitura traz vários benefícios, principalmente a nível racional. Pode apontar novas direções de modo a esclarecer dúvidas, evidenciar aspectos antes despercebidos ou subestimados, propondo uma consciência crítica.

A releitura auxilia na identificação do pensamento do autor, na construção do seu próprio conhecimento, na estruturação das ideias e ainda na reflexão sobre as informações obtidas, entre outras, para melhor colocar em prática o seu ponto de vista diante da mensagem subentendida, a segunda leitura deve ser feita com bastante atenção e concentração no texto, para melhor entendê-lo.

A prática da leitura é de grande importância, independentemente do tipo de leitura praticada. Através da leitura, o leitor passa a interpretar de forma coerente o real sentido do texto, porém, quanto maior for a interação com o enunciado, melhor será o desenvolvimento das habilidades e capacidades de compreender.

A CRONOLOGIA DA EDUCAÇÃO E LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

A Educação é formada de início, meio e fim bem demarcado: períodos políticos, sociais e culturais sendo dividida em cronologia, portanto o tema é relacionado ao mesmo período da história. A cronologia baseada na linha da vida ou faixa do tempo de estudiosos e adeptos a cultura e método que forja feita uma relação de fatos históricos em distintas visões. Portanto, se considerarmos a História como um processo em eterna evolução, a história da educação como um todo ainda está sendo de alterações à sua existência.

A relação entre escola e discente para buscar o desenvolvimento do conhecimento vem de tempos passados. Sendo assim, aprender a ler e interpretar textos, tem sido muitas vezes um dos eixos tronco da

escola. Visivelmente, as metodologias colocadas a serviço desse objetivo variaram muito ao longo dos anos. Atualmente, as novas perspectivas que vêm surgindo em relação a esses aprendizados nos permitiram observar que as metodologias passadas, que prometiam grandes realizações, estavam ultrapassadas. A educação evolui em saltos desordenados, em diversas direções. Como fato inovador por natureza, na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Ainda que os de caráter econômico lhe pareçam maiores, não podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional (Romanelli, 2015, p. 164).

A busca pelo lugar da leitura e da literatura no currículo escolar sempre gerou um grande debate. Associar a atividade de leitura com a escola, e o caráter “hiperdidatista” que muitas vezes é dado nela, faz com que o valor social da literatura não seja devidamente reconhecido. No entanto, é inegável que a escola e a leitura andam de mãos dadas para a grande maioria dos indivíduos porque todos, em maior ou menor grau, experimentaram essa disciplina a partir de um prisma educacional em suas salas de aula. Normalmente, embora aparentemente escondida na chamada “leitura compartilhada”, a modalidade mais praticada na escola é claramente instrumental e para fins puramente acadêmicos. Não são muitas, infelizmente, ocasiões em que se lê gratuitamente, sem objetivos utilitários, apenas pensando nas experiências dos próprios leitores ou na vida que ocorre do outro lado das janelas e paredes da sala de aula

Algumas estratégias de ruptura estão acontecendo no exato momento em que esse texto está sendo lido. A educação evolui em saltos largos, em diversos sentidos e lados. Como algo inovador por si próprio, na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum dado em importância e gravidade ao da educação. Ainda que os de caráter econômico lhe pareçam maiores, não podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional (Romanelli, 2015, p. 164).

É possível perceber, que a transformação educacional é indispensável, desencadeando um mesmo objetivo a ser almejado, com unidade de planejamento e espírito de continuidade, mas infelizmente, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas.

OS OBJETIVOS DO PLANO DE LEITURA

Os objetivos buscados pela comunidade escolar para este artigo são relativos à educação Literária robusta e realistas, levando em conta o fazer de um Plano de Leitura baseado em três eixos principais da atividade de leitura. Em primeiro lugar, é de crucial importância associar ao fato de que os alunos estão em contato com vários tipos de textos e contextos, que são capazes de interpretá-los corretamente. Neste eixo são destacados os textos do cotidiano onde os alunos sejam capazes de distinguir todos os seus elementos e conceitos mais importantes. A importância de relacionar o conhecimento para trabalhar os textos lidos de acordo com diversas estratégias, como a inferência do significado de novas palavras e expressões responsável pela inteligência dos envolvidos. O uso das bibliotecas disponíveis para a escola. Tendo em vista desenvolver uma proposta de plano Leitor mais adequado possível ao

aprendizado. A leitura abrangente correta são fatores fundamentais no sucesso escolar e que, se um hábito de leitura satisfatório não é alcançado durante os anos escolares, os alunos passam a ter muito mais dificuldade em superar com sucesso os objetivos previstos em cada etapa escolar.

A LEITURA NO ÂMBITO ESCOLAR

É frustrante ver como em algumas escolas a atenção é dada a conteúdos vazios e descontextualizados e habilidades com leitura, escrita ou comunicação oral são deixadas de lado. No entanto, também é inegável que estamos enfrentando uma lenta, mas progressiva mudança de mentalidade. Começamos a valorizar o caminho das boas práticas educacionais e efetivamente nos propusemos a tentar alcançá-lo em algum momento. Embora estejamos em processo, certamente há muito a ser feito e melhorado em nosso desempenho para excelente treinamento de leitura. No entanto, se continuarmos a ter em mente que a verdadeira educação não pode evoluir sem ler, o dia em que alcançarmos nossos objetivos não estará longe. Uma vez que o trabalho aqui apresentado tenta oferecer um ponto de vista interdisciplinar dentro da educação, não podemos passar despercebidos pelos diversos conteúdos aos quais temos que dar destaque. Seguindo o currículo do curso em mãos, e tendo desenvolvido os conteúdos, objetivos e elementos distintos do tema linguagem e literatura,

Nunca chegamos a possuir uma especificação cultural, nem mesmo uma que nos convencesse da existência dos obstáculos dos objetivos. Não se podia encontrar, assim sendo, a unidade continua do pensamento reformatório na educação, nos quais as instituições escolares não traziam, contexto para orientá-las para uma direção, não se submetia, na sua base estrutural e no seu funcionamento, as medidas objetivas com que o tratamento científico dos problemas da administração escolar ajudasse a descobrir o caminho a ser trilhado.

Discutidos numa atmosfera de conflitos, e na ausência de uma cultura escolar e na formação meramente literária dos costumes e conteúdo. O docente assume larga responsabilidade no que tange aos rumos da educação, há ainda, a necessidade de um conhecimento múltiplo e bem diverso; as alturas e as profundidades da vida humana e da vida social não devendo estender-se além do seu raio visual; ele deve ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma de suas fases, para perceber, o efêmero.

[...] “se tem um espírito científico, usará os métodos comuns a todo gênero de investigação científica; se têm essa cultura geral, poderá ver o problema educacional em conjunto, de um ponto de vista mais largo, para subordinar o problema pedagógico ou dos métodos ao problema filosófico ou dos fins da educação; se lhe permite organizar uma doutrina de vida e ampliar o seu horizonte mental, podendo recorrer a técnicas mais ou menos elaboradas e dominar a situação, realizando experiências e medindo os resultados de toda e qualquer modificação dos trabalhos científicos “ (Corrêa, 1990, p.84).

EDUCAÇÃO IMPLANTADA NA COMUNIDADE ESCOLAR

No período da criação da Educação como pertinente na transformação individual, permitiu vislumbrar uma nova proposta educacional, com o planejamento, inclusive, do fim do centralismo, valendo, para o desenvolvimento do aluno durante o curso de vida.

Era percebido que alguma coisa acontecia na educação. Pensava-se em erradicar definitivamente o analfabetismo através de um programa, traçado nas diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região. Contudo, nestas épocas viveram pensadores que deixaram seus nomes na história da educação por suas realizações

A História relata que durante esse processo, diversos educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos. Chegando alguns a serem calados para sempre, alguns outros se exilaram, outros se recolheram a uma vida simples e escondida e outros, destituídos, trocaram de função. A ideologia da época embasou a educação no caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de aprendizagem: professores foram tolhidos; escolas foram invadidas; estudantes foram intimidados, e várias escolas foram proibidas de funcionar

A ideia de erradicação do analfabetismo quase a força, fez surgir a preocupação em desenvolver o aluno através da leitura, aproveitando-se, em sua didática, de um novo método. Ocorreu no período mais cruel da economia política do país, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física.

Talvez o mais famoso movimento educacional do país, não exatamente pela sua eficiência ou eficácia, mas pela difusão da ideia de transformar o status educacional, surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos. Tendo em vista um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo abordado.

A Educação foi se modificando aos poucos e cada vez mais buscando novas saídas para garantir sua continuidade, descobriu-se que a sua implantação se referia a educação continuada de adolescentes e adultos e foi criado o Programa de Educação Integrada, o Programa Cultural e o Programa de Profissionalização. Vindo depois o Programa de Diversificação Comunitária.

Seu corpo técnico fez de tudo para que a instituição permanecesse na dinâmica da diversidade cultural diante de programas que buscavam tentativas inócuas de se manter crescente e ao mesmo tempo tentar mostrar ao povo que se fazia algo para melhorar sua condição, nada mais apropriado do que a educação para ser uma alavanca e atingir todos os lares, pois essa ferramenta por si já se encarregava de tornar público seus atos.

A preocupação implícita baseada nos objetivos específicos era a de estabelecer uma relação dos usuários com o seu meio próximo, mostrando as responsabilidades e enquadramentos dos indivíduos numa verdade que não fazia parte de seus interesses imediatos. Não houve então referências quanto a melhorias salariais e melhores condições empregatícias presentes na ideologia da formação de hábitos e atitudes positivas.

A higiene básica das comunidades, não eram tidas como prioridades no governo e o Estado se omitia, mas era ressaltado que o cidadão deveria se “empenhar na conservação da saúde e melhoria das condições de higiene pessoal, familiar e comunitária”. A característica básica da educação oferecida era uma espécie de “culto de obediência às leis” (Linhares, 2015, p. 90).

A metodologia empregada se baseava no aproveitamento das experiências significativas do discente, fazendo uso de palavras geradoras, assim como no extinto Programa de Alfabetização Funcional obedecendo a uma série de procedimentos para o processo de letramento:

Corrêa (1990) observa e descreve que “o programa de educação integrada constitui no período de expansão entre os anos de 1972 e 1976 e, segundo os técnicos, revitalizou-se em 1977”. Seu objetivo foi dar continuidade ao Programa de Alfabetização Funcional, envolvido em um sentimento de educação permanente. Ou seja, o aluno foi considerado alfabetizado e recebia uma espécie de promoção de continuidade e progressividade das consequências educativas.

Este programa não se diferenciava substancialmente da metodologia empregada no Programa de Alfabetização Funcional. Observa-se apenas que sai do aspecto simples da alfabetização e propõe atividades relacionadas as quatro primeiras séries do primeiro grau, para assumir aspectos de um grande sistema paralelo de educação. Porém pode ser notado a preocupação com a formação de mão-de-obra e colocação no mercado de trabalho.

Divulgar sua filosofia em atividades dirigidas a leitura e interpretação, para obter um desenvolvimento na aprendizagem do discente e das quais participaria em especial, os menos privilegiados da comunidade em geral. Foi proposta uma técnica aplicada pelos planejadores, onde as atividades culturais que eram oferecidas aos alunos soavam como forma de sensibilização para o trabalho exercido. Até mesmo os princípios que norteavam a ação para despertar a consciência crítica do mundo histórico-cultural.

Partiu se para o próximo segmento que foi o Programa de Profissionalização, que surgiu em 1973 e buscou convênios com entidades como o Programa Intensivo de Preparação do discente para o mercado de trabalho. Lógico que para atender a burguesia residente no país.

Esta organização se dizia respeito a formação de participantes que iriam estudar baseados no diagnóstico realizado na transformação do indivíduo como um todo, o programa fazia com que, periodicamente, os grupos se reunissem “para discutir estratégias, responsabilidades, atividades e, se necessário, fazer reformulações”.

Evidente que qualquer Projeto que seja implantado em uma esfera interior renderá frutos positivos para educação e para a comunidade em geral. Mas os técnicos do preferiam achar que governantes recebiam de bom grado os como “meio de consulta permanente à vontade do povo” (Corrêa, 1990).

DIFICULDADES DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

Sem dúvida, queremos resguardar o conceito da leitura e que ela não seja mais de superexploração, onde se faz necessária uma nova perspectiva sobre a qual ela deve ser explorada, levando em conta as transformações que apresentamos nos últimos anos na sociedade e nos recursos da informação

disponíveis, onde os mediadores de leitura, muitas vezes excluem a realidade do aluno e o ambiente em torno do indivíduo. Alguns elementos desse ambiente próximo aos alunos caíram no esquecimento: bibliotecários, educadores sociais, jornalistas, etc. Outro aspecto em que a importância dos mediadores é fundamental é na era dos beneficiários da leitura. Embora nunca seja tarde demais para se tornar mais sensível ao prazer da leitura, o trabalho de mediação nos primeiros anos de vida, o mais sensível ao entusiasmo ou lançar a semente, é especialmente importante. É especialmente importante promover o hábito de leitura nos primeiros anos de vida a partir do ambiente familiar,

Só através de uma leitura aprofundada, na qual o aluno será capaz de enxergar os implícitos, onde ele depreenda as reais intenções de cada texto. Sabe-se das pressões uniformizadoras, em geral voltadas para o consumo ou para a não-reflexão sobre problemas estéticos ou sociais, exercidas pelas mídias. Essa pressão deve ser explicitada a partir de estratégias de leitura que possibilitem ao aluno “percepção e reconhecimento – mesmo que inconsciente – dos elementos de linguagem que o texto manipula” (Lajolo, 2011, p. 45).

Criar uma atitude de expectativa prévia com relação ao conteúdo referencial do texto, isto é, mostrar ao aluno que quanto mais ele provir o conteúdo, maior será sua compreensão; é ensinar o aluno a se auto avaliar constantemente durante o processo para detectar quando perdeu o fio; é ensinar a utilização de múltiplas fontes de conhecimento (...). “Isso implica em ensinar não apenas um conjunto de estratégias, mas criar uma atitude que faz da leitura a procura da coerência” (Kleiman, 2010, p. 151).

Receptividade, disponibilidade de aceitação do novo, do diferente, do inusitado; concretização, atualização das potencialidades do texto em termos de vivência imaginativa; ruptura, ação ocasionada pelo distanciamento crítico de seu próprio horizonte cultural, diante das propostas novas que obra suscita; questionamento, revisão de usos, necessidades, interesses, ideias, comportamentos; assimilação, percepção e adoção de novos sentidos integrados ao universo vivencial do indivíduo (Bordini & Aguiar, 2013, p. 88).

O processo receptivo de leitura engloba a participação ativa e criativa do leitor, sem modificar a autonomia textual. Quanto maior for a distância entre os horizontes de expectativas do texto e do leitor, mais o texto servirá para trazer o novo a esse leitor.

O processo no qual o discente obterá o hábito e as habilidades de leitura não é de todo imediato, porém será alcançado de forma progressiva e persistente, atendendo cada aluno ao seu próprio ritmo de aprendizado e desenvolvimento, a leitura é uma experiência que o leitor deve tentar para si mesmo. É nesse processo lento e progressivo que o estímulo tende ajudar na leitura, que, visa ajudar os leitores no caminho da compreensão e do gosto pela prática. No ponto de vista como educadores que promovem a animação a leitura deve ser para os alunos lerem, mas o mais importante, será fazer com que o gosto pela leitura faça com que eles peguem outro livro sem a necessidade de um lembrete do professor. Onde o mesmo, desempenha um papel fundamental na aquisição desse hábito de leitura, pois é um modelo de referência para seus alunos. Se o professor estiver motivado para a leitura e firme interpretação de textos onde os alunos serão motivados para a leitura.

Se o professor oferecer uma variedade notável de livros, mais alunos sejam capazes de alcançar com sua influência. Se o professor demonstrar com fatos que o trabalho constante dá frutos, os alunos não serão tão facilmente desencorajados pelas dificuldades de leitura. Embora tentar fazer a leitura parecer uma disciplina positiva, excitante e benéfica para os alunos nunca foi fácil, podemos estar na idade em que é mais difícil de alcançar. Isso porque hoje a leitura compete com fissões, tecnologias e recursos muito mais atraentes para a criança do que com um livro. Por fim, vale a pena perguntar ao definir as leituras a serem usadas com os alunos: são as mais apropriadas. Trata-se de uma afirmação difícil, pois a variabilidade que pode ser dada entre estudantes da mesma idade dificulta a criação das mesmas leituras para todos. Os critérios de seleção que geralmente são seguidos para estabelecer os livros, são variados a necessidade de prestar atenção à qualidade literária dos mesmos.

É importante garantir que a leitura a ser fornecida aos alunos causem mudanças na maneira como pensam ou imaginam o que os rodeiam. Uma das missões que devem caracterizar planos de leitura de alta qualidade seria a presença de leituras que fornecem e incentivam os alunos a adquirir uma notável formação de leitor, seja qual for a idade. Há poucos fatores que temos que prestar atenção dentro de cada livro. Elementos como a capa, o ritmo da história ou o final que é levantado devem ter uma influência significativa em nossas escolhas. Isso nos dá orientações para determinar quais obras realmente têm qualidade literária. Expor essas leituras ao contato com as crianças, e observar sua relação e como elas interagem com elas, é fundamental para decidir se um trabalho é válido ou não. Por outro lado, Colomer ressalta a importância desses livros passarem por nossas mãos, os dos professores, e que eles de fato provocaram sensações positivas em nós. Outro destaque ao selecionar os elementos que farão parte do nosso plano de leitura é que devemos prestar atenção à variedade de leituras escolhidas. Na vida estamos envolvidos o tempo todo em interpretar. Um amigo diz uma coisa que a gente não entende. A gente diz logo: “O que é que você quer dizer com isso?”. Aí ele diz de uma outra forma, e a gente entende. E a interpretação, todo mundo sabe disso, é aquilo que se deve fazer com os textos que se lê. Para que sejam compreendidos. Razão por que os materiais escolares estão cheios de testes de compreensão. Interpretar é compreender (Alves, 2004, p.23).

Essa variedade deve estar relacionada ao tema, embora também seja conveniente escolher diferentes livros por sua forma (distinguindo entre livros literários e mais “realistas”) bem como por seu conteúdo.

A prática de sala de aula, não apenas de aula de leitura, não propicia a interação entre professor e aluno. Em vez de um discurso que é construído conjuntamente por professor e alunos, temos primeiro uma leitura silenciosa, ou em voz alta do texto, e depois, uma série de pontos a serem discutidos, por meio de perguntas sobre o texto, que não levam em conta se o aluno de fato o compreendeu. Trata-se, na maioria dos casos, de um monólogo do professor para os alunos escutarem. “Nesse monólogo o professor tipicamente transmite para os alunos uma versão que passa a ser a versão autorizada do texto”. (Kleiman, 2010, p.24)

A incorporação desse novo fator à fase Primária baseia-se na crença de maior facilidade de aquisição de idiomas por crianças do que adultos, pois estes estão em um período crítico de aprendizagem. No entanto, os planos pelos quais esses programas bilíngues são regidos nem sempre podem atingir seus objetivos, pois as poucas duas ou três horas por semana para a língua inglesa não são suficientes, tanto pelo tempo disponível quanto pela qualidade dos ensinamentos durante esses períodos. No entanto, os programas bilíngues estão se tornando mais completos tanto em sua estrutura quanto em desempenho: há cada vez mais interesse na leitura para desenvolver a aprendizagem de uma segunda língua.

É imprescindível que o docente de Língua Portuguesa ou Inglesa leve ao aluno textos realmente significativos para sua idade e série. A biblioteca deve se tornar um lugar de contínuo acesso na escola pela busca de leituras e pesquisas. É também tarefa do professor e da escola incentivar os alunos a lerem, pesquisarem e assim ampliarem seus horizontes. Como o professor é o conhecedor do acervo bibliográfico de sua escola, deverá orientar aos alunos que façam leituras relevantes, oportunizando a construção de leitores que saibam interagir com os diversos textos.

Nas metodologias atuais, o trabalho com interpretação é norteado pelos gêneros textuais. Contudo o que se percebe é que em muitas salas de aula o texto torna-se apenas um pretexto para o ensino gramatical, não sendo explorado em seus múltiplos sentidos. Se o aluno é capaz de decodificar o texto escrito, se ele é capaz de utilizar a informação sintática do texto na leitura, e se, ademais, ele já completou a aquisição da língua materna, as dificuldades que ele revela na compreensão do texto escrito são decorrentes de estratégias inadequadas de leitura.

“A prática mencionada, a utilização do texto como pretexto na aula de gramática, certamente contribui para a formação de estratégias de leitura inadequadas, pela ênfase que coloca nos aspectos sequenciais e distribucionais dos elementos linguísticos do texto, justamente aqueles elementos que não são constitutivos do texto enquanto unidade de significação” (Kleiman, 2010, p.56).

LEITURA E COMPREENSÃO

Estudos baseados nas dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita vêm sendo realizados, e têm em comum é a compreensão dos processos de leitura e escrita, como aprendizagens de técnicas, e complexas; onde interações entre os processos cognitivos e metacognitivos do sujeito e dos estímulos ambientais, sob a mediação do educador possam a ir contribuir na aprendizagem contínua. Para isso, é fundamental uma adequada compreensão dos processos mentais utilizados, ou não, pelo aluno diante dos novos objetos do conhecimento. Estes estudos na área da metacognição enfatizam ações, ou seja, estratégias que permitem ao aprendiz aprender a refletir sobre seu processo de aprendizagem. São ações que irão favorecer a construção de um sujeito/leitor crítico ativo e independente.

“A competência em leitura é definida como a combinação de dois componentes necessários, nenhum deles isoladamente, sendo suficiente. Por um lado, a precisão e a rapidez, do reconhecimento das palavras condicionam toda a atividade de leitura, pois um bom nível de automatização desses processos é indispensável para permitir que o leitor dedique o máximo de

recursos cognitivos ao processo de compreensão; porém, por outro lado, a habilidade em leitura não se reduz a simples decodificação das palavras; é preciso, ainda, dispor das capacidades cognitivas e linguísticas necessárias para compreender uma mensagem escrita” (Braibant, 2018, p. 87).

A leitura dentro das escolas é geralmente uma atividade e recurso altamente desperdiçados. Mais frequentemente do que deveria, é abandonado ou aplicado incorretamente dentro da própria atividade da escola. Por isso, é necessário enfrentar uma mudança de dinâmica no que diz respeito à leitura. A partir da implementação desse plano de leitura, pretende-se ajudar a fazer essa mudança para melhor, para que uma disciplina tão valiosa quanto a leitura tome o lugar e a importância que merece na educação dos jovens e das novas gerações. Trata-se de uma proposta para um plano de leitura interdisciplinar. Dentro dela, serão oferecidas aos alunos um total de seis leituras que garantam, ou pelo menos facilitem, o uso e aplicação dos conhecimentos adquiridos nas diferentes disciplinas. Os livros propostos são projetados para que a partir de cada um deles dois ou mais assuntos possam ser vinculados, tornando a experiência de leitura um aprendizado funcional.

De um lado, os problemas nesta área podem estar interligados com a forma como a escola lida com esta aprendizagem. De outro lado, os problemas de leitura podem estar relacionados a dificuldades internas do aprendiz, como por exemplo, o desenvolvimento inadequado de habilidades linguísticas. São as habilidades que ajudam o aluno a controlar o processo de aprendizagem, refletindo sobre sua atividade de leitura e interpretação. Neste contexto, apresentamos uma breve discussão sobre o papel da escola diante das dificuldades.

Para a aprendizagem abordada a questão é que uma a escola deve utilizar estratégias para desenvolver, e não contrariar, as competências que as crianças vão construindo com relação à leitura. Não basta ajudar as crianças a construir o significado de um texto: “parece-nos ser necessário ajudá-las a entender como elas agem para chegar a ele, isto é, um certo recuo com relação as suas estratégias espontâneas e beneficiar as instauradas pelos demais”.

A leitura não é uma mera decodificação, sim, a compreensão, interpretação, que é assumida em relação à leitura, não existe uma leitura de texto, de apenas codificação, onde não se pode encarar o texto apenas como um produto, e sim procurar observar o processo de sua produção e significação.

De acordo com a literatura abordada no aspecto das dificuldades de aprendizagem, problemas de compreensão de texto estão relacionados ao desenvolvimento das habilidades metacognitivas no aluno. Estas habilidades referem-se ao conhecimento e controle que o aprendiz tem sobre sua aprendizagem. As habilidades metacognitivas ajudam o aprendiz a ‘tomar consciência’ e “controlar” seu próprio processo de aprender.

O processo de Aprendizagem nos permeia levar a aprendizagem longínqua a revelar como construímos e reconstruímos o conhecimento. Ao discente é reservado o direito de ser capaz de justificar o que aprende, como aprende e para que aprende. E o professor, por sua vez, deve mediar para que os alunos raciocinem e aprendam a pensar o que aprendeu com a aprendizagem.

Os alunos que apresentam dificuldades de leitura e compreensão de texto buscam ajuda nas habilidades cognitivas necessárias para aprender, porém não sabem usá-las ou as usam de forma incorretas. Assim a aprendizagem não se desenvolve ou desenvolvem algumas estratégias adequadas, mas que não as usam no momento certo, ou falham ao utilizá-las. Neste caso, esses alunos são chamados de aprendizes passivos ou aprendizes não estratégicos, já que não sabem como usar e direcionar suas habilidades cognitivas para que haja uma aprendizagem efetiva.

Sublinhar palavras desconhecidas, “leva o leitor a controlar” (dando-se conta quando a leitura deixa de ter significado) e “regular (reparando o problema) sua leitura, pois ele sabe como agir diante de uma situação problema. Já os leitores que encontram mais dificuldade, como referem Baker e Brown (2013).

A LITERATURA NO PROCESSO DE MELHORAMENTO DA LEITURA

A Literatura como um instrumento de aprendizagem, focaliza o educador como implementador de técnicas e métodos que possam despertar a atenção dos alunos para essa vasta aprendizagem, importante para o desenvolvimento do cognitivo do aprendiz.

São grandes as dificuldades de aprendizagem, onde a leitura tem o papel importante e preponderante no desenvolvimento do conhecimento. Inicia com sua interpretação, mas esse é um fator que deve ser amplamente discutido e analisado, pois cada indivíduo que faz parte da informação processada e aprendida, tem função determinante na continuidade dessa aprendizagem.

Se os contos de fadas faziam a alegria das crianças do ensino inicial, hoje a mídia televisiva, a informática, as telas ocuparam um espaço relevante, deixando de lado as histórias contadas e vivenciadas através da leitura a partir da linguagem meramente escrita e sem imagens.

É de suma importância a prática, o hábito de leitura dentro do processo de ensino-aprendizagem, não apenas nas aulas da disciplina de Língua Portuguesa, pois o saber globalizado é caracterizado pelo preenchimento de vivências e experiências que construirão a personalidade dos alunos, dentro do processo de leitura.

VYGOTSKY E O DESENVOLVIMENTO SÓCIOINTERACIONISTA

A aprendizagem e o desenvolvimento estão inter-relacionados com as chamadas zonas proximais. Onde a criança é a distância entre seu desenvolvimento real, que se costuma obter através da solução de problemas independentes e o nível de seu desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um indivíduo ou em colaboração com os mais capazes.

Compreende-se, que é zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã, ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ele será capaz de fazer sozinho amanhã.

De acordo com Vygotsky:

As escolas pecam, porque propõem atividades fora dos limites da zona de desenvolvimento proximal, e porque não leva em conta a existência, ou porque negam as experiências trazidas pelas crianças no seu convívio em comunidade. Isso quer dizer, que conforme sua ligação e interação com o meio externo, o ser terá mais percepção e gabarito para se auto desenvolver de forma contínua. (1989)

O DESENVOLVIMENTO DISCENTE DE ACORDO COM HENRI WALLON

Wallon (1987) “afirma que a criança não era apenas um simples cérebro”, observou não só o corpo da criança, mas também suas emoções para dentro da pesquisa e fundamentou suas ideias em quatro elementos básicos que se comunicam o tempo todo: a afetividade, o movimento, a inteligência e a formação do eu como pessoa.

É a partir desta junção que o aluno manifesta seus desejos e vontades, em ênfase, manifestações estas que expressam um universo importante e perceptível, mas pouco estimulado pelos modelos tradicionais de ensino.

O DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E CULTURAL ATRAVÉS DA LITERATURA

O hábito da leitura se converte em diversas teses e teorias que vão desde o melhoramento no acervo de palavras do vocabulário pessoal, até a ajuda para evitar os vícios de linguagem e erros gramaticais.

O discente que lê muito, escreve melhor e conseqüentemente possui o dom da comunicação. Além, da leitura exercitar o cérebro e melhorar a capacidade de memorização. O intelecto é responsável pela reflexão crítica e por sua vez racional. E claro, quem tem mais conhecimento será mais crítico e reflexivo.

Sendo assim, a educação possui uma multiplicidade muito rica de autores em todas as suas fases literárias, cabendo ao aluno apropriar-se desse acervo cultural tão imensurável de informações e saberes e deleitar na aprendizagem contínua e proveitosa.

A leitura tem o poder e a capacidade de transportar o leitor a um mundo de imaginação e criação, entre a fantasia e a realidade gerando um estímulo sensorial onde as atividades propostas pelo cérebro estimulam a criatividade do ser humano, exercendo a mente do simples ato de pensar ao ato de produzir. O exercício diário e constante do trabalho de absorver as letras e interpretar o que se projeta em nível de aprendizagem da norma culta da língua portuguesa, mostra as possibilidades de maior autonomia, pelas linhas que permeiam a escrita de um texto.

Barbosa (2015) afirma que a Literatura introduzida no âmbito escolar propicia uma leitura qualitativa aos alunos, melhorando seus estágios perceptivos e sensoriais, ativa o córtex cerebral, produz processos de sinapses, resultando em aprendizagem e desenvolvimento de qualquer atividade intelectual proposta em qualquer seguimento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto no qual o conhecimento prévio do leitor exerceria influência. Desse modo, à medida que a criança cresce e amplia suas experiências, adquire conhecimentos que a ajudarão nessa atividade. Assim, a leitura não é compreendida como um processo de mera decodificação do código impresso, pois envolveria o conhecimento prévio, como as experiências cotidianas e com leituras anteriores, e sua integração com o conhecimento adquirido no momento da leitura.

Investigações acerca da compreensão em leitura indicam uma técnica com o instrumento adequado para o diagnóstico e desenvolvimento da compreensão em leitura, mostram sua eficácia para a avaliação do nível dessa habilidade em estudantes desde o ensino fundamental até a universidade.

Ao ler um texto, o leitor usa procedimentos e técnicas que o auxiliam na efetivação da compreensão mesmo que não se observe isso durante o processo de leitura e interpretação. Essas técnicas podem ser cognitivas ou metacognitivas. As primeiras auxiliam o leitor na organização, elaboração e integração das informações, enquanto as últimas fazem o leitor planejar, monitorar e regular sua própria cognição interna de aprendizagem.

A não-compreensão de um trecho do texto é um indicativo de que seu 'estado de alerta' está ativo, percebendo as falhas na interpretação durante a leitura. A estratégia de tomar consciência durante a leitura e agir em função dessa percepção significa que o leitor está fazendo uso da mesma para o desenvolver da metacognição.

Normalmente, o leitor deve ter condições de interrogar sobre sua própria compreensão, estabelecer relações entre o que lê e seu conhecimento prévio, armazenar e depois questionar seu conhecimento para então modificá-lo, generalizar o conteúdo aprendido para outros contextos, entre outras habilidades. Todavia, deve-se considerar que a competência leitora não é homogênea, pois alguém que costuma ler e compreende muito bem textos com estruturas de romances poderia não conseguir compreender em mesmo grau um texto científico. Apesar disso, espera-se que as estratégias de leitura utilizadas num determinado gênero literário sejam generalizadas para outros (Silva, 2004).

Várias pesquisas têm sido realizadas com o objetivo de investigar o desempenho em compreensão da leitura e o uso de estratégias de investigar essas variáveis em separado e em conjunto. Nesse contexto encontra-se o estudo de que objetivar e caracterizar o desempenho da compreensão da leitura dos alunos é fundamental para avaliar o desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema citado para tratar o tema questionou ao redor dos fatores que podem atribuir para o surgimento das dificuldades de leitura e interpretação de texto, foi amplamente respondido pela hipótese abordada, onde se mostrou clara e verdadeira, quando proporciona uma sugestão de interesse destaque para a busca da leitura em casa e na escola, verificando a real distribuição desigual de renda e a luta pela

sobrevivência. Invocando na hipótese de que os alunos leiam cada vez menos, pausando o processo natural de aprendizagem e, por consequência, prejudicando o nível de desenvolvimento da leitura e interpretação textual.

Nesse contexto conclui-se que a desestrutura familiar, o baixo nível de escolaridade e socioeconômico dos pais ou responsáveis, a falta de interesse e desestímulo para atividades escolares e educativas essenciais para o desenvolvimento global do ser humano, assim como para a processo contínuo e prosseguimento dos estudos.

REFERÊNCIAS

- Alves, R. (2004). Interpretar e Compreender. Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u814shtml>. Acesso em: 07 de março de 2020.
- Barbosa, D. (2015). Clássicos Romances da Literatura para Enriquecer o Intelecto. UFMG. Artigo.
- Barthes, R. (1996). Aula. 7ª ed., São Paulo, Cultrix, 94 p.
- Bordini, M. G., & Aguiar, V. T. (2013). Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Braibant, J. (1997). A decodificação e a compreensão: dois componentes essenciais da leitura no 2º ano primário. In: Grégoire, J.; Piérart, B. (Org.). Avaliação dos problemas de leitura: os novos modelos teóricos e suas implicações diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Corrêa, A. L. (Ed.). (1990). Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAL.
- Kleiman, Â. (2010). Oficina de Leitura Teoria e Prática. 4ª ed., Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Lajolo, M. (2011). Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática.
- Linhares, M. Y. (2015). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Romanelli, O. O. (2015). História da educação no Brasil. 13ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Silva, V. R. (2004). Estratégias de leitura e compreensão leitora: contribuições para a prática de ensino em História.
- Vygotsky, L. S. (1989). Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes.
- Wallon, H. (1987). Do Ato ao Pensamento. Diadema: Vozes.

Índice Remissivo

B

biologia, 4, 41, 43, 44, 47, 50, 54

C

COVID-19, 4, 6, 7, 8, 15, 47
currículo, 13, 48, 50, 53, 60, 61

D

deficiência intelectual, 4, 48, 49, 50, 54, 55, 56

E

economia, 4, 16, 17, 20, 21, 62
educação, 6, 7
 em saúde, 6, 11, 13, 15
 Matemática, 31, 32, 36, 37, 38, 39
ensino
 fundamental, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15,
 22, 23, 28, 70
 remoto, 4, 43, 48, 50
estudo de caso, 32, 34, 35, 38
experimentação, 4, 41, 42, 46, 47

I

inclusão, 4, 48, 49, 55, 56
interpretação de texto, 4, 23, 57, 58, 70

L

leitura, 4, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 57, 58,
 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70,
 71
literatura, 18, 34, 60, 61, 67

P

pesquisa, 17, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38,
 39, 40, 49, 69, 75
 em Educação, 32, 36

R

Raposa-MA, 4, 6, 7
reforma, 21

Sobre os organizadores



  **Lucas Rodrigues Oliveira**

Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul e na Secretaria de Educação Estadual de MS. Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.



 **Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo**

Pedagoga, graduada em Pedagogia (2020) na Faculdades Integradas de Cassilândia (FIC). Estudante de Especialização em Alfabetização e Letramento na Universidade Cathedral (UniCathedral). É editora Técnico-Científico da Pantanal Editora. Contato: rlustosa@hotmail.com.br



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br